

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O SUL CONSTRÓI TEORIA: CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI**

Jocieli Decol

Santa Maria, RS
2016

Jocieli Decol

O SUL CONSTRÓI TEORIA: CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharela em Relações Internacionais**.

Orientador: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

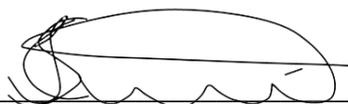
Santa Maria, RS
2016

Jocieli Decol

O SUL CONSTRÓI TEORIA: CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharela em Relações Internacionais**.

Aprovado em 15 de dezembro de 2016 :



Igor Castellano da Silva, Dr. (UFSM)
(Orientador)



Tchella Fernandes Maso, Ma. (UFGD)

Danielle Jacon Ayres Pinto, Dr^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres que resistem e constroem esperança.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de conclusão de graduação para além de uma pesquisa que busca contribuir com a disciplina de Relações Internacionais e demonstrar nossa aptidão para exercer a profissão é o símbolo do encerramento de um ciclo. Durante a graduação nos descobrimos como pessoas, como estudantes, como amigas (os), como agentes capazes de tomar os rumos da nossa própria vida, de mudar a realidade local e nos desejos mais idealistas, o mundo. É imensurável o aprendizado, as experiências e as construções e desconstruções vivenciadas nessas cinco anos que estive em Santa Maria. A cidade, as pessoas, a universidade e todo o emaranhado de informações e emoções que fazem parte desse período me proporcionaram crescimento como ser humano. Mais que uma preparação para o mercado de trabalho, aliás, transcende imensamente essa tarefa, as RI me proporcionaram uma preparação para a vida, para o mundo. E isso é indescritível, é sentimento.

Por isso, nada mais justo que agradecer a todas e todos que fizeram parte de disso e tornaram essa jornada possível e gratificante. Primeiro, meus agradecimento vão com todo o amor do mundo para a minha família. Minha mãe, Marinês, por ser fortaleza e ao mesmo tempo emanar tanto amor e luz em cada gesto. Mãe, tu és inspiração, orgulho e admiração. Ao meu pai, Eloy, por ser o maior exemplo de comprometimento com a busca por uma sociedade melhor, por ser o apoio e o incentivo em cada novo desafio e em cada conquista. Pai, tu és coragem, luta e alegria. Ao meu irmão Joni, por ser essa pessoa tão cheia de luz, de carinho, de empatia. Obrigada pelo acolhimento, mesmo quando estamos distante. Mano, tu és leveza, tranquilidade, acolhimento. Aos meus avós, Lourdes e João, pelo brilho no olho e sorriso orgulhoso quando souberam que a neta ia estudar em outra cidade e também quando foi pra outro país. Amo muito vocês!

Esses cinco anos não teriam sido tão significativos sem a presença dos mais lindos presentes que o universo me proporcionou: minhas amigas. Agradeço à Laura, pela força, sensibilidade, sintonia. À Bruna T. pela alegria paraense que só ela tem, pelo acolhimento e parceria. À Cecília pela pureza, delicadeza e conforto. À Bruna R. por sua luz, sabedoria e compreensão. À Cássia, pelo comprometimento, dedicação, e por ensinar a refletirmos realidades distintas das nossas. À Dani, por ser essa imensidão de carinho, amor e acolhimento. À Priscilla, pelo riso e descontração contagiantes. Agradeço também, à minha parceria mais incrível do intercâmbio: Carol. Obrigada pelo jeito Carol de ser: sempre um

sorriso no rosto e um coração do tamanho do universo. As minhas amigas (os) do velho Oeste: Cíntia, por estar sempre presente, apoiando. Claudi, pelo carinho e confiança, Luan pelas “esquerdices” e afeto. Amo vocês!

Agentes essenciais nessa formação são as professoras (es). Mais que o conteúdo de aula, nos inspiram e possibilitam que vejamos o mundo com outros olhos, cada vez mais compreensivos e militantes. Meus agradecimentos as (os) profs. do curso de História da UFSM, pelo amor demonstrado a pesquisa e ao ensino, por ensinarem a complexidade da realidade e estimularem a busca pela mudança social. As professoras (es) do curso de Relações Internacionais, em especial ao Prof. Igor. Obrigada prof. Pelo brilho no olho, amor pelo ensino e pela luz que tu trouxe naquela primeira aula de História da África. Continue sendo inspiração e não deixe o academicismo superar o brilho no olho. É isso que nos move, que nos faz melhor, que inspira.

A injustiça social global está intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global.

(Boaventura de Souza Santos)

RESUMO

O SUL CONSTRÓI TEORIA: CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI

AUTORA: Jocieli Decol

ORIENTADOR: Igor Castellano da Silva

Esta pesquisa trata do processo de construção do conhecimento em Relações Internacionais. Direciona-se à análise da construção Teorias de Relações Internacionais na América Latina, e mais especificamente, no Brasil no século XXI. O objetivo principal é compreender o que é construído de TRI no país a partir da análise das teses de doutorado elaboradas na área, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No decorrer do estudo avaliam-se (1) as estruturas da disciplina de RI que constroem a ascensão de teorias distintas das *mainstream* na disciplina; (2) as contribuições do Pós-Colonialismo para a construção de uma disciplina mais plural; (3) as relações de poder e conhecimento entre Norte e Sul, que configuram um Centro e uma Periferia no âmbito acadêmico; (4) as principais formulações teóricas de RI na América Latina; (5) qual a relação do Brasil com as TRI e as características das TRI construídas no país. As conclusões prévias apresentadas são de que a maioria das teorizações brasileiras dedica-se à construção ou redefinição de conceitos e/ou criação de modelos de análise. Os principais temas abordados por estas são: Economia Internacional, Segurança Internacional e Política Externa e o nível de análise preponderante é o da unidade.

Palavras-chave: Teoria, Relações Internacionais, Pós-Colonialismo, Sul Global, Brasil.

ABSTRACT

THE SOUTH BUILDS THEORY: BRAZILIAN CONTRIBUTIONS IN INTERNATIONAL RELATIONS IN THE 21ST CENTURY

AUTHOR: Jocieli Decol

ADVISOR: Igor Castellano da Silva

This research deals with the process of knowledge construction in International Relations. It is directed to the analysis of the construction of Latin America International Relations Theory, and more specifically in Brazil in the 21st century. The main objective is to understand what is being constructed of IRT in the country through the analysis of doctoral theses elaborated in the area, from the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-RJ) and the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). During the study, it is evaluated (1) the structures of the discipline of IR that constrain the rise of different theories of the mainstream in the discipline; (2) the contributions of Post-Colonialism to the construction of a more pluralistic discipline; (3) the relations of power and knowledge between North and South, which constitute a Center and a Periphery in the academic sphere; (4) the main theoretical formulations of IR in Latin America; (5) what is the relationship of Brazil with IRT and the characteristics of IRT built in the country. The previous conclusions are that most Brazilian theorizations are dedicated to the construction or redefinition of concepts and/or the creation of analysis models. The main themes addressed by these are: International Economics, International Security and Foreign Policy and the level of analysis preponderant is that of the unit.

Keywords: Theory, International Relations, Post-Colonialism, Global South, Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipologia das Formas de construção do conhecimento em RI

Tabela 2 - Três versões do Pós-Colonialismo

Tabela 3 - Níveis da Teoria de Prebish

Tabela 4 - Influência teórica de RI (UFRGS)

Tabela 5 - Influência teórica de RI (PUC-RJ)

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Temas (UFRGS)
- Gráfico 2 – Temas (PUC-RJ)
- Gráfico 3 – Local que analisa (UFRGS)
- Gráfico 4 – Local que analisa (PUC-RJ)
- Gráfico 5 – Nível de análise (UFRGS)
- Gráfico 6 – Nível de análise (PUC-RJ)
- Gráfico 7 – Relação com Teoria (UFRGS)
- Gráfico 8 – Relação com Teoria (PUC-RJ)
- Gráfico 9 – Influência teórica geográfica (UFRGS)
- Gráfico 10 – Influência teórica geográfica (PUC-RJ)
- Gráfico 11 – Influência teórica disciplina (UFRGS)
- Gráfico 12 – Influência teórica disciplina (PUC-RJ)
- Gráfico 13 – Formação em RI (UFRGS)
- Gráfico 14 – Formação em RI (PUC-RJ)
- Gráfico 15 – Formação no Norte (UFRGS)
- Gráfico 16 – Formação no Norte (PUC-RJ)
- Gráfico 17 – Gênero das doutoras (es) (UFRGS)
- Gráfico 18 – Gênero das doutoras (es) (PUC-RJ)
- Gráfico 19 – Gênero das orientadoras (es) (UFRGS)
- Gráfico 20 – Gênero das orientadoras (es) (PUC-RJ)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCP	Associação Brasileira de Ciência Política
ABRI	Associação Brasileira de Relações Internacionais
AMPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
APE	Análise de Política Externa
APSA	American Political Science Association
BISA	British International Studies Association
CEBRI	Conselho Brasileiro de Relações Internacionais
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea
CEDEP	Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CHDD	Centro de História de Documentação Diplomática
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
EPI	Economia Política Internacional
EUA	Estados Unidos da América
FUNAG	Fundação Alexandre Gusmão
IBRI	Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
IPEA	Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	International Studies Association
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
M/C	Modernidade/Colonialidade
MRE	Ministério das Relações Exteriores
PROLAM	Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RI	Relações Internacionais
SI	Sistema Internacional
TRI	Teoria de Relações Internacionais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O SUL GLOBAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	18
2.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO CIÊNCIA	18
2.1.1 O que é ciência?	20
2.1.2 O domínio do Positivismo nas RI	23
2.1.3 O que é teoria?	25
2.2 PÓS-COLONIALISMO	29
2.2.1 Teoria Decolonial: Grupo Modernidade/Colonialidade	33
2.3 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O SUL GLOBAL	34
2.3.1 Definindo o Sul Global	34
2.3.2 Centro e Periferia nas RI	36
2.3.3 Sociologia da ciência nas RI.....	39
2.3.4 Respostas do Sul ao domínio do Norte na disciplina.....	42
3 AS TEORIAS LATINO-AMERICANAS EM RI E O PENSAMENTO COLONIZADO	43
3.1 ESTRUTURALISMO E ENFOQUES DA DEPENDÊNCIA	43
3.1.1 Antecedentes do estruturalismo latino-americano	45
3.1.2 Teoria de Prebish.....	46
3.1.3 Teoria do Desenvolvimento.....	49
3.1.4 Teoria da Dependência.....	50
3.1.5 Neoestruturalismo	52
3.1.6 Enfoques da Autonomia.....	54
3.2 TEORIA E PENSAMENTO	57
4 AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL.....	59
4.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCIPLINA.....	59
4.2 TEORIZAÇÕES BRASILEIRAS EM RI ATÉ OS ANOS 2000	63
4.2.1 A centralidade da Economia Política Internacional.....	67
4.3 TEORIZAÇÕES BRASILEIRAS EM RI NO SÉCULO XXI.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

O tema que a pesquisa aborda é Teoria de Relações Internacionais (TRI), mais especificamente as TRI construídas no Brasil no século XXI. Trata, portanto, do processo de construção do conhecimento na disciplina e busca elucidar novas formas de pensar o internacional. Deste modo, a pergunta que direciona a pesquisa é: o que é construído de TRI no Brasil no século XXI? O objetivo geral é, assim, analisar as teorizações brasileiras construídas no século XXI. Como objetivos específicos, busca-se compreender o processo de construção do conhecimento em Relações internacionais (RI); Entender a estrutura que dificulta a ascensão formas de teorizar distintas das ocidentais; apresentar as principais TRI construídas na América Latina e no Brasil; e, propor sugestões para a reestruturação das RI em bases plurais. A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo e a técnica utilizada é bibliográfica. Faz-se uso essencialmente de métodos qualitativos, utilizando-se também em alguns momentos de dados quantitativos. Os conceitos mais relevantes à análise são: Teoria de Relações Internacionais, Epistemologia, Sul Global/Terceiro Mundo/Periferia, Pós-colonialismo e Decolonialidade, os quais serão explanados no decorrer do estudo.

A disciplina de Relações Internacionais (RI) é formada, majoritariamente por Teorias do Norte Global, que apoiadas no positivismo, têm construído a disciplina com base no que consideram como conhecimento válido. Dificultando, assim, a ascensão de formas distintas de interpretar o conhecimento. Esse contexto fez com que a realidade do Terceiro Mundo raramente apareça nos estudos de RI, muito menos as formulações dos países dessa região sobre o internacional. No entanto, com a ascensão das críticas pós-positivistas/reflexivistas nos anos 1980, têm surgido novas vozes nas RI, e com elas a necessidade de reestruturação da disciplina. Nesse contexto, o Pós-Colonialismo aparece como um importante instrumento para a análise do processo de construção do conhecimento nas Relações Internacionais, e é por meio desta vertente teórica que este trabalho se guia. O Sul Global também produz teorias e estas merecem maior atenção na disciplina. Com a intenção de contribuir para a inclusão de novas formas de pensar as RI, esta pesquisa tem como foco as TRI construídas no Brasil no século XXI. Assim, por meio da análise das teses de doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), onde entrou em funcionamento o primeiro programa de doutorado em RI do país, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por ser a única da região Sul a oferecer programa de doutorado em RI, pretende-se apresentar as visões do Brasil sobre o internacional.

Uma das maneiras pela qual o conhecimento é construído e aprimorado é através das teorias. “As teorias são lentes, que mostram, entendem, estruturam, ou constroem a realidade” (AYOUB, 1998, p.31), são abstrações feitas “a partir de fatos dos eventos do dia-a-dia, na tentativa de encontrar padrões e agrupar eventos em conjuntos e classes de coisas. Teoria é, portanto, sobre simplificar a realidade” (ACHARYA;BUZAN, 2010, p.4). E como construção social é “resultado de um tempo e um espaço social e político determinado” (BERNAL-MEZA, 2005, p.55). Deste modo, uma teoria constitui-se como uma simplificação e ao mesmo tempo uma construção da realidade, enquanto explica também constrói. Essa ligação estabelece o que Foucault denominou como binômio saber-poder¹, que reflete a complexa estrutura que envolve o processo de construção do conhecimento. Nessa configuração saber-poder, as “RI (Ocidentais) se privilegiam policiando fronteiras que restringem o que conta como conhecimento legítimo, e fazendo isso, repreendem a diferença dentro e fora do Ocidente” (TICKNER;BLANEY, 2012, p. 10). Isso faz com que a disciplina seja moldada pelas preocupações e visões de mundo dos países que compõem esta região do planeta, ocultando-se, assim, as perspectivas do Sul Global.

Os conceitos Sul Global, Terceiro Mundo ou Periferia são frequentemente usados em referência aos países da América Latina, África e Ásia. São países que compartilham de condições socioeconômicas similares e que procuram através de alianças aumentar seu poder de atuação no Sistema Internacional, resolver seus problemas internos e fortalecer seus Estados para então, alcançar verdadeira soberania e autonomia frente às grandes potências. Com o fim da Guerra Fria, o conceito de Terceiro Mundo cai em desuso e o Sul passa a ser mais utilizado para a denominação desses países. Essa mudança, no entanto, “não significa uma renúncia ao “Terceiro Mundo”. Simplesmente sinaliza um ajuste no posicionamento ideológico e político para refletir sobre as novas formas de disputas em torno dos legados do colonialismo” (GROVOGUI, 2011, p. 175).

Tendo em vista a importância do conhecimento para o desenvolvimento das sociedades e do próprio ser humano, este estudo é relevante, uma vez que chama atenção para formas de conhecimento que geralmente não são contempladas na disciplina de Relações Internacionais: as Teorias do Sul Global, mais especificamente do Brasil. Ao incluirmos e compreendermos lentes distintas das Ocidentais sobre as configurações do Sistema Internacional, certamente estaremos aprimorando e complexificando a maneira pela qual entendemos sua dinâmica.

¹ “Foucault sustenta que devemos admitir que (i) poder produz conhecimento; (ii) poder e conhecimento implicam-se mutuamente; e (iii) não há relações de poder sem a constituição de um campo de conhecimento, nem qualquer conhecimento que não pressuponha e constitua, ao mesmo tempo, relações de poder”. (JATOBÁ, 2013, p.101).

Podemos perceber que a maioria das Teorias de Relações Internacionais em pauta na disciplina não incluem a realidade do Sul em suas análises, e, deste modo, “falham em prover explicações adequadas para as causas da maioria das manifestações de conflito e desordem no sistema” (AYOOB, 1998, p. 33).

Trazer o debate sobre a construção de teorias é outro ponto pelo qual essa pesquisa se justifica. Poucos trabalhos foram realizados na tentativa de compreender as interpretações que os países do Sul Global possuem das RI e as teorias que estes constroem nesta área. Além disso, é a discussão dentro da disciplina sobre epistemologia é escassa, o que acaba por reforçar os conceitos e definições já consolidados nas RI. Tendo em vista este déficit e a dificuldade de inclusão de teorias distintas das de matriz ocidental nas RI, esta pesquisa pretende analisar o processo de construção do conhecimento na disciplina, tornando visível o que é construído de Teoria de Relações no Sul Global, com foco no Brasil. Mostrar que existem diversas formas de conhecimento e que não devemos estabelecer hierarquias entre elas. O Sul importa. Suas lentes teóricas e sua realidade são essenciais para a compreensão do internacional. Pois, além de explicativas, as teorias são construtivas da realidade, portanto, podem ser modificadoras desta. Estimular o entendimento do processo de construção do conhecimento em RI e a própria construção deste, através de novos caminhos, é uma tentativa que esta análise se propõe. Além de questionar verdades pré-estabelecidas e, assim, possibilitar a ascensão de explicações e alternativas mais eficazes aos problemas internacionais. Conhecimento é poder. Para a construção de uma Nova Ordem Internacional, menos injusta, a decolonização da disciplina de RI é um dos passos fundamentais. E este é o desejo que justifica e conduz essa pesquisa.

Para que os objetivos propostos possam ser alcançados, o presente estudo é organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo tratará sobre o conceito de teoria e de ciência; as estruturas que constroem a ascensão de novas formas de conhecimento em RI, e a importância do Pós-Colonialismo, especialmente sua terceira versão, a Teoria Decolonial, para a que as vozes do Sul sejam ouvidas na disciplina. Aborda-se também, as relações de poder e conhecimento entre Norte e Sul, que configuram um Centro e uma Periferia no âmbito acadêmico. No segundo capítulo, a análise é direcionada para as TRI construídas na América Latina até os anos 2000. A explanação se dará com base, principalmente, nas obras de Raúl Bernal-Meza (2005) *América Latina en el Mundo – el pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales* e nas reflexões de Arlene Tickner (2012). Questiona-se também, nesse capítulo, a tendência de nomeação das formulações periféricas como “pensamento” e não teoria, caracterizando-as como inferiores. No terceiro capítulo será apresentada a análise sobre as TRI construídas no Brasil. Em um primeiro momento serão

apresentadas as teorizações brasileiras em RI elaboradas até os anos 2000, na qual destacam-se as contribuições no âmbito da Economia Política Internacional. Posteriormente, será apresentada a análise das teorias construídas dos anos 2000 até a atualidade. Como fonte para identificar a construção de teorias de RI no país nesse período, serão avaliadas as teses dos programas de doutorado em RI da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). São analisadas todas as teses disponíveis de forma completa, das duas universidades, desde o início dos programas de doutorado, até o mês de outubro de 2016, quando foi desenvolvida a análise. Assim sendo, temos dezoito teses da PUC-RJ e quinze da UFRGS. A escolha dessas duas universidades justifica-se pela necessidade de delimitar os dados para que a pesquisa pudesse ser desenvolvida. Deste modo, optou-se pela escolha da PUC, pois foi onde entrou em funcionamento o primeiro programa de doutorado em RI do Brasil, e a UFRGS, por ser a única universidade da região Sul que possui doutorado em RI. Ademais, uma instituição é privada e outra pública, além de localizarem-se em regiões distintas, fatores que enriquecem o estudo. A escolha de teses de doutorado deu-se pelo fato de estas serem consideradas pela autora como uma das fontes que mais expressa o estudo e a interpretação das pesquisadoras (es) brasileiras (os) acerca da realidade internacional. No entanto, a autora também possui consciência de que esta escolha acaba ocultando outras formas de expressão do conhecimento em RI. Mesmo assim, não se pode negar a riqueza contida nestes trabalhos e também os créditos desse modo de pesquisa.

A crítica estabelecida neste estudo à disciplina de Relações Internacionais objetiva a incorporação de novas formas de pensar e teorizar sobre as RI e não a exclusão daquelas já consolidadas, que também possuem méritos. Como considerações prévias podemos compreender que o Sul constrói teoria e estas são válidas às Relações Internacionais. No Brasil, especificamente, as teorizações tratam principalmente de temas de Economia Internacional, Segurança Internacional e Política Externa e o nível de análise preponderante é o da unidade. A maioria das formulações dedica-se à construção ou redefinição de conceitos e/ou criação de modelos de análise. Há grande diálogo com Teorias de Norte, no entanto, as Teorias do Sul aparecem presentes em um grande número de teses, sendo alto o percentual das que dialogam com ambas regiões. Observa-se também o aumento do diálogo com teorias pós-positivistas/reflexivistas das RI e da abordagem de temas distintos dos *mainstream*.

2 TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O SUL GLOBAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama geral dos principais conceitos e temas abordados na pesquisa. Para isso, estrutura-se em três seções principais. A primeira seção intitulada *As Relações Internacionais como Ciência* apresenta e aprofunda a discussão sobre a construção da disciplina de Relações Internacionais através dos “Grandes Debates”. Problematiza-se a ideia de ciência e de teoria e analisa-se o predomínio da visão positivista de ciência nas RI, advogando pela inclusão de novas formas de construção do conhecimento. A segunda seção intitulada *Pós-Colonialismo* apresenta as características e contribuições da teoria pós-colonial para a construção de uma disciplina em bases plurais. A terceira seção *As Teorias de Relações Internacionais e o Sul Global* apresenta o desenvolvimento do conceito de Sul, e analisa a estrutura Centro-Periferia que se constrói na produção acadêmica em RI, a qual oculta e dificulta a ascensão de novas formas de pensar o internacional. Também, por meio da Sociologia da Ciência são analisadas as principais barreiras à ascensão dessas abordagens. Por fim, são apresentadas as principais respostas da periferia a essa estrutura.

2.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO CIÊNCIA

As Relações internacionais surgem como ciência no século XX, quando a necessidade de pensar o internacional se torna mais evidente devido às consequências das duas Grandes Guerras e as configurações da Guerra Fria. Nesse contexto, “a área acadêmica de Relações Internacionais foi adquirindo contornos e características teóricas e conceituais independentes em relação às demais Ciências Sociais” (NOGUEIRA;MESSARI, 2005, p.20) consolidando-se como uma disciplina autônoma. As RI são um campo de estudo complexo, que se estrutura de forma multidisciplinar para a tarefa de analisar o internacional sob os mais distintos ângulos (PECEQUILO, 2004) e por isso é formada por um grande número de vertentes teóricas que apresentam instrumentos diferentes para a análise da realidade internacional.

Todas as formulações teóricas possuem considerações particulares com relação a ontologia (*o ser*: o que estudar?), epistemologia (*o conhecimento*: que conhecimento é válido?) e metodologia (*os métodos*: que métodos utilizar para chegar ao conhecimento?).

Sendo assim, cada teórica (o) possui uma lente própria pela qual enxerga o mundo (KURKI;WIGHT, 2013), “ontologicamente, em termos de ver diferentes propriedades de um objeto, epistemologicamente, em termos de aceitar ou rejeitar afirmações sobre conhecimento, e metodologicamente, em termos de escolha de métodos particulares de estudo”² (KURKI;WIGHT, 2013, p.15)³. Também, é necessário compreender esses três aspectos de forma conjunta, pois são essencialmente interrelacionados (SMITH, 1999). O foco desta pesquisa será a epistemologia, uma vez que trata sobre a construção do conhecimento em Relações Internacionais, e pretende mostrar o que é oculto na disciplina: as construções teóricas do Sul Global. A epistemologia “constitui uma modalidade de investigação na qual o conhecimento examina a si mesmo” (OLIVA, 2011, p. 14). Ou seja, “epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível” (DE SOUZA SANTOS; MENESES, 2009, p. 9). Deste modo, “não há epistemologias neutras, e as que reclamam sê-lo são as menos neutras” (DOS SANTOS; MENESES, 2009, p.11).

A disciplina de Relações Internacionais é tradicionalmente⁴ apresentada por meio dos chamados “Grandes Debates”, nos quais “duelavam” diferentes Paradigmas. No entanto, existem muitas divergências entre autoras (es) a respeito de quais são os paradigmas e a quantidade de debates. Segundo Weaver (1996) existem quatro debates⁵: entre idealismo e realismo (anos 1940); behaviorismo e tradicionalismo (anos 1950-60); o debate

² No original: “*Ontologically in terms of seeing different object domains, epistemologically in terms of accepting or rejecting particular knowledge claims, and methodologically in terms of choosing particular methods of study*” (KURKI; WIGHT, p. 15, 2013).

³ Todas as citações em língua estrangeira foram traduzidas de forma livre pela autora.

⁴ “Tradições são, normalmente, fruto de narrativas dominantes que buscam legitimar seu poder em uma área de conhecimento” (NOGUEIRA; MESSARI, p. 14).

⁵ O primeiro grande debate pode ser caracterizado como de caráter ontológico em que idealistas e realistas confrontam suas visões sobre o que deveria ser estudado na disciplina. Os primeiros propuseram o estudo de maneiras para tornar o mundo mais pacífico enquanto os segundos pretendiam analisar os meios para garantir a sobrevivência do Estado (NOGUEIRA;MESSARI, 2005). O segundo debate por sua vez, trata de discussões sobre ciência, fundamentalmente sobre os métodos a serem utilizados. Muitos autores, influenciados pela revolução behaviorista nas ciências sociais, passaram a argumentar por uma maior aproximação das RI com as ciências naturais (behavioristas), enquanto outros (tradicionalistas) defendiam uma interpretação mais histórica. O modelo de ciência pregado pelo positivismo começa a estabelecer-se como dominante na filosofia da ciência, e este é aceito com entusiasmo pelos behavioristas nas RI (KURKI;WIGHT, 2013) e “assim foi também sua promoção e recepção nas RI que este se tornou um sinônimo de ciência”(KURKI;WIGHT, p.18, 2013). No terceiro debate o eixo fundamental de discussão passa da metodologia para a ontologia das RI (WAEVER, 1996). Esse período apresenta a aceitação da “validade da concepção positivista do que conta como ciência” (KURKI;WIGHT, p.19, 2013) pelos três paradigmas envolvidos e a emergência de inúmeras críticas ao realismo, à “sua imagem do mundo, o seu alegado estado-centrismo, a preocupação com poder e sua cegueira a vários tipos de processos a nível nacional, transnacional e para além da esfera político-militar” (WAEVER, 1996, pág. 150). O chamado quarto debate trata sobre “o que a disciplina deveria estudar e como deveria ser estudado” (KURKI;WIGHT, p. 20, 2013). Assim, problematizam-se questões filosóficas e epistemológicas (WAEVER, 1996).

‘interparadigmático’ entre realismo, pluralismo e marxismo (anos 1970-80), e entre Racionalismo e Reflexivismo⁶. (WAEVER, 1996; KURKI; WIGHT, 2013). Os paradigmas apresentados como os principais são aqueles pertencentes ao terceiro debate: realismo, pluralismo/liberalismo e marxismo/estruturalismo/globalismo (WAEVER, 1996). É preciso ressaltar, no entanto, que esta forma de compreender a disciplina é útil apenas em termos didáticos na medida em que simplifica um emaranhado de discussões teóricas em grandes paradigmas. Porém, acabou ocultando e marginalizando diversas vertentes teóricas ao passo em que contribuía para o predomínio de outras (SÁNCHEZ, 2010). Na configuração de debates, muitas vezes a preocupação em explicar as RI ficava em segundo plano enquanto prevaleciam “guerras de paradigmas” em que os “ismos” defendiam suas premissas a todo custo (LAKE, 2013). Sendo assim, para evitar uma apresentação monolítica das Relações é preciso demonstrar a pluralidade horizontal (entre teorias) e vertical (dentro das próprias teorias) das contribuições teóricas da disciplina (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

2.1.1 O que é ciência?

O que é ciência, afinal? O que define se um trabalho é científico ou não? Quando falamos em ciência nos deparamos logo de início com essas questões e com a dificuldade em delimitar o que este conceito significa. A ideia de ciência possui um prestígio cultural na sociedade, e, por isso, quando a invocamos logo aparecem conectadas à ela, noções de “progresso” e “verdade” (JACKSON, 2011). Essa autoridade da ciência, que se constrói ao longo dos anos, é um tema pouco refletido e, deste modo, praticamente naturalizado. Por isso, torna-se imprescindível a reflexão sobre o assunto (CAMPOS, 2014). Várias (os) intelectuais dedicaram-se e dedicam-se a estudar o que é ciência e como definir o que conta como uma pesquisa científica. Porém, nunca alcançou-se um consenso sobre isso (JACKSON, 2013). Assim, a noção de ciência permanece como um conceito impreciso, confuso, mas com grande poder de autorreferenciação, fato que possibilita a confiança naquilo que é designado como científico (CAMPOS, 2014). Isso faz com que a ação de caracterizar uma pesquisa como não científica “carrega conotações imensamente negativas” (JACKSON 2011, p.9). Nesse sentido, a ciência nas RI exerce uma função disciplinadora. Ou seja, o poder retórico da ciência faz

⁶ “Existem várias maneiras de caracterizar o “quarto debate”; como um debate entre explicação e entendimento, entre positivismo e pós-positivismo, ou entre racionalistas e reflexivistas” (KURKI; WIGHT, p. 20, 2013).

com que esta seja vista como uma forma superior de construir e qualificar o conhecimento. Nessa conjuntura, algumas maneiras de fazer pesquisa são privilegiadas enquanto outras são marginalizadas (JACKSON 2011). Nas RI, esse poder camufla-se sob o rótulo da “teoria”, por isso, é importante compreender as visões que as distintas abordagens teóricas possuem referente a relação mente-mundo (CAMPOS, 2014;KURKI;WIGHT,2013, p. 32). Na tentativa de prover alguma alternativa ao problema da demarcação do que é ciência, Patrick Jackson (2011) propõe uma definição baseada em Max Weber que auxilia no entendimento do tema. Além disso, constrói uma tipologia que apresenta a relação entre o sujeito que busca conhecer e o objeto a ser conhecido (mente-mundo) das principais maneiras de construir conhecimento nas RI.

Com relação à definição de ciência, Jackson, abarcando a concepção de Weber, propõe que a “definição de ciência pode ser encontrada não nos supostos métodos científicos, mas nos objetivos da ciência”(JACKSON, 2011 p. 18). Ou seja, não deveríamos focar em quais métodos seriam científicos mas nos avanços que a pesquisa busca. Assim, o conceito de ciência proposta pelo autor diz respeito a uma “investigação empírica destinada a produzir o conhecimento” (JACKSON, 2011 ,p. 19).

Aprofundando o entendimento sobre as distintas maneiras de construir conhecimento na disciplina, Jackson (2011) apresenta uma tipologia que procura demonstrar três questões principais: as pesquisadoras (es), o mundo a ser pesquisado, e a relação que se estabelece entre os dois. Assim, a compreensão da relação entre as pesquisadoras (es) e o mundo e o tipo de conhecimento que estes procuram reivindicar, proposta pela tipologia, reflete “uma imagem da produção do conhecimento e da prática científico-social” (JACKSON, 2011, p.35).

Tabela 1 – Tipologia das formas de construção do conhecimento nas RI

		Relação entre conhecimento e observação	
		<i>Fenomenalismo</i>	<i>Transfactualismo</i>
Relação entre conhecedoras(es) e o conhecido	<i>Dualismo mente-mundo</i>	Neopositivismo	Realismo Crítico
	<i>Monismo mente-mundo</i>	Analicismo	Reflexividade

Fonte: Jackson (2001, p.37)

A relação entre conhecedoras (es) e conhecido se estabelece de duas maneiras: 1) *dualismo mente-mundo*, que acredita na separação entre conhecedor/mente e mundo, ou seja, percebe a existência de uma realidade empírica “lá fora” independentemente do nosso conhecimento sobre ela; e 2) *monismo mente-mundo*, que acredita que o conhecedor/mente é parte do mundo, ou seja, são co-constituídos. Isso faz com que não seja possível a existência de um mundo “lá fora” independentemente do que produzimos sobre ele. Já a relação entre conhecimento e observação se dá mediante o *fenomenalismo* (acredita que não é possível conhecer além dos fatos, do que é empírico) ou o *transfactualismo* (acredita na possibilidade de conhecer para além dos fatos, coisas inobserváveis, como por exemplo o Estado, ou a anarquia). As interações entre estes dois pontos dá origem a quatro maneiras distintas de conceber o conhecimento: 1) Neopositivismo; 2) Analiticismo; 3) Realismo Crítico e 4) Reflexividade.

- 1) Neopositivismo: É a maneira de construção do conhecimento empregada pelas teorias *mainstream* nas RI. Acredita em um *dualismo fenomenalista*, ou seja, na existência do mundo independentemente do conhecimento que é produzido sobre ele. Mas entende que esse conhecimento só pode ser adquirido por meio da observação factual. Essa compreensão propõe o teste de hipóteses e a busca por relações causais;
- 2) Realismo Crítico: Acredita no *dualismo transfactualista*, ou seja, acredita na existência do mundo independentemente do conhecimento que é produzido sobre ele. Mas, diferentemente do neopositivismo, entende que a obtenção desse conhecimento pode ir além dos fatos. Pode-se pesquisar coisas inobserváveis, como por exemplo o Estado, ou a anarquia;
- 3) Analiticismo: Acredita em um *monismo fenomenalista*, ou seja, entende que o conhecedor e o mundo são co-constituídos e não independentes. Já a relação entre conhecimento e observação se restringe à observação, à experiência factual;
- 4) Reflexividade: Acredita em um *monismo transfactual*, ou seja, nega a existência de uma realidade empírica independente do sujeito e também que a obtenção do conhecimento é limitada à experiência factual. Assim a reflexividade fundamenta o conhecimento “na situação social do pesquisador, argumentando que o que sabemos é inseparável de onde estamos situados quando produzimos conhecimento” (JACKSON, 2011, p.39).

As reflexões de Jackson são importantes para que percebemos que existe mais do que uma maneira de construir o conhecimento e que não há superioridade entre elas. A busca pela

incorporação dessa diversidade nas RI é um dos objetivos do autor e também dessa pesquisa. Pois assim, estaremos caminhando para a construção de uma visão de ciência mais plural (JACKSON, 2011).

2.1.2 O domínio do Positivismo nas RI

Os três paradigmas dominantes nas RI (realismo, liberalismo e marxismo) abraçam uma visão positivista da ciência, o que acarretou no domínio desta visão na disciplina (SMITH, 1996). Esse domínio traz consequências para as RI, uma vez que a perspectiva positivista “tem modificado não somente como teorizamos sobre o tema e quais questões importam, mas também o que conta como válido em termos de evidências e de conhecimento”⁷ (KURKI;WIGHT, 2013, p.15). Deste modo, o positivismo tem se tornado quase um senso comum dentro das RI (SMITH, 1996), na qual “é visto não como uma opção entre outras, mas como um implícito “padrão ouro” através do qual todas as abordagens são avaliadas”⁸ (SMITH, 1996, p.13).

O termo positivismo é usado de diferentes e confusas maneiras na disciplina. Mas, pode ser melhor compreendido como um “compromisso metodológico, amarrado em uma epistemologia empiricista: juntos resultam em um conjunto muito restrito de reivindicações ontológicas admissíveis”⁹ (SMITH, p.17). Segundo Steve Smith (1997), esse posicionamento apresenta quatro pressupostos principais: 1) crença em uma ciência única, na qual a mesma metodologia serve para o mundo social e o natural; 2) separação entre valores e fatos, sendo os últimos neutros; 3) a existência de regularidades no mundo social e no natural que devem ser ‘descobertas’ pelas teorias; 4) acredita que a maneira de verificar se uma proposição é verdadeira é através dos fatos (epistemologia empiricista). Assim, o “positivismo sugere que o conhecimento científico surge, apenas a partir da coleta de dados observáveis. Acredita, assim, que o recolhimento de dados suficientes levaria à identificação de padrões que, por sua vez, permitiriam a formulação de leis”¹⁰ (KURKI;WIGHT, 2013, p.18).

⁷ No original: “has shaped not only how we theorize about the subject, and what counts as a valid question, but also what can count as valid forms of evidence and knowledge” (KURKI;WIGHT, 2013, p. 15).

⁸ No original: “it is seen not merely as one explicit alternative among many but rather as the implicit ‘gold standard’ against which all approaches are evaluated” (SMITH, 1996, p.13).

⁹ No original: “methodological commitment, tied to an empiricist epistemology: together these result in a very restricted range of permissible ontological claims” (SMITH, p. 17).

¹⁰ No original : “positivism suggests that scientific knowledge emerges only with the collection of observable data. The collection of sufficient data, it was presumed, would lead to the identification of patterns that would in turn allow the formulation of laws” (KURKI;WIGHT, 2013, p. 18).

Os pressupostos do positivismo vêm sendo criticados pelas teorias reflexivistas chamadas também de pós-positivistas. Essas abordagens surgem com maior força a partir dos anos 1980 (no contexto do chamado “quarto debate”) trazendo “questionamentos à linguagem, aos conceitos, aos métodos, e a própria história (ou discurso dominante)” (JATOBÁ, 2013, p.100) das Relações Internacionais. Entre as principais abordagens que compõem esse grupo estão: Pós-Estruturalismo, Teoria Crítica, Construtivismo, Pós-Modernismo, Teorias Feministas e Pós-Colonialismo. Essas teorias “representam um ataque massivo às teorias tradicionais (*mainstream*) de Relações Internacionais, as quais têm sido dominadas por premissas positivistas”¹¹ (SMITH, 1996, p. 12). Uma das principais críticas estabelecidas é com relação ao entendimento de que é possível separar o sujeito que pesquisa do objeto pesquisado, ou seja, que existe um mundo “lá fora” independentemente do que sabemos sobre ele. Deste modo, as teorias pós-positivistas/reflexivistas argumentam que

teóricas (os) de RI (como todas (os) as (os) teóricas (os) das ciências humanas) são parte integrada do mundo que estudam. Nesse sentido, são *insiders* e não *outsiders*. Fazem certas suposições e criam imagens da realidade. Porque outras teóricas (os) formulam outras suposições e criam outras imagens, o conhecimento não é, e não pode ser neutro. Portanto, sempre precisamos discutir de maneira crítica as suposições e reivindicações de qualquer teoria, porque não há nenhuma verdade única, final, lá fora. Existem reivindicações concorrentes acerca de como o mundo é construído e o que o faz funcionar [...] A tarefa é, então, é examinar o mundo a partir de uma ampla variedade de perspectivas políticas, sociais, culturais, econômicas, étnicas, e de gênero¹² (JACKSON;ROSENSEN, 2013, p. 232).

Assim, apesar de “moverem-se em diferentes direções e assumirem distintas questões como essenciais”¹³ (JACKSON;ROSENSEN, 2013, p.232) as teorias pós-positivistas/reflexivistas são unidas pela crítica aos pressupostos centrais das teorias *mainstream*. Por questionarem premissas epistemológicas, ontológicas e metodológicas sob as quais estas se estruturam, têm sofrido para que suas formulações sejam levadas a sério (KURKI;WIGHT, 2013). Isso ocorre, pois o positivismo é entendido quase que como um senso comum na disciplina. E, “uma vez estabelecidas como senso comum, as teorias se

¹¹ No original: “represent a massive attack on traditional or mainstream international theory, and that this traditional or mainstream theory has been dominated by positivist assumptions” (SMITH, 1996, p. 12).

¹² No original: “Emphasize that IR theorists (as are all theorists of human affairs) are an integrated part of the world they study. In that sense, theorists are insiders, not outsiders. They make certain assumptions and create certain images of reality. Because other theorists make other assumptions and create other images, knowledge is not and cannot be neutral. Therefore, we always need to critically discuss the assumptions and claims made by any theory, because there is no single, final truth out there. There are competing claims about how the world hangs together and what makes it tick. [...]The task is rather to examine the world from a large variety of political, social, cultural, economic, ethnic, and gendered perspectives”(JACKSON;ROSENSEN, 2013, p. 232).

¹³ No original: “move in a number of different directions and take up a variety of substantial issues” (JACKSON; ROSENSEN, 2013, p.232).

tornam incrivelmente poderosas, pois delimitam não somente o que pode ser conhecido, mas também sobre o que é pertinente falar ou sugerir”¹⁴ (SMITH, 1996, p.13), o que faz com que abordagens diferentes sejam frequentemente desacreditadas, rotuladas de não-ciência.

Ao sinalizarem uma ruptura com o domínio positivista na disciplina, as teorias pós-positivistas/reflexivistas “estão abrindo espaço não somente para que outras maneiras de pensar sobre relações internacionais, mas também para outras realidades internacionais”¹⁵ (SMITH, 1996, p.37-38). E, por isso, “a necessidade dessas teorias é urgente”¹⁶ (NEUFELD, 1991, p.1).

2.1.3 O que é teoria?

“Todo o nosso conhecimento é impregnado de teoria, inclusive nossas observações” (POPPER, 1975, p. 75). Essa frase do filósofo Karl Popper elucida o que vem a ser o um dos conceitos principais desta pesquisa: Teoria. Limitando-se, aqui, as Teorias de Relações Internacionais. Teorias são abstrações da realidade, tentativas de interpretar o mundo, o ser humano, o ambiente. Lentes através das quais conduzimos nossas ações e projetamos avanços, mudanças. As teorias são importantes, extremamente importantes, mas muitas vezes não lhes é atribuída a atenção que merecem. Nas Relações Internacionais, o debate e a construção de teorias são, majoritariamente, realizados no Norte Global, principalmente nos Estados Unidos. Por isso, a própria disciplina é muitas vezes intitulada como “uma ciência social estadunidense” (HOFFMAN, 1977). É por meio da imersão da crítica reflexivista/pós-positivista na disciplina, que novas vozes de interpretação da realidade internacional têm surgido e com elas a tentativa de reestruturação das RI.

Desde que o ser humano existe questionar sobre seu próprio eu e sobre o mundo faz parte da sua essência. Nesse sentido, “teoria é uma parte necessária de toda a compreensão humana, dos números da matemática ou divisões em cores que usamos no cotidiano às abstrações de Hegel”¹⁷ (HALLIDAY, 2005, p. 21). O conhecimento move a sociedade, a estrutura, a modifica. No entanto, ao mesmo passo em que grandes teorias vão construindo nossa compreensão da realidade ao longo do tempo, outros conhecimentos e interpretações

¹⁴ No original: “Once established as common sense, theories become incredibly powerful since they delineate not simply what can be known but also what it is sensible to talk about or suggest” (SMITH, 1996, p. 13).

¹⁵ No original: “are opening up space not merely for other ways of thinking about international relations but also for other international realities” SMITH, 1996, p. 37-38).

¹⁶ No original: “the need for such theory is urgent”(NEUFELD, 1991, p.1).

¹⁷ No original: “theory is a necessary part of all human understanding, from the numbers of mathematics or divisions into colours we use in everyday life to the abstractions of Hegel” (HALLIDAY, 2005, p. 21).

vão sendo ocultadas da história. A nossa própria compreensão da história mundial é baseada na seletividade, na qual o ‘mundial’ é resumido aos acontecimentos do Norte. Nas Relações Internacionais isso também acontece. Em uma disciplina que deveria tratar do mundo, boa parte dele é oculta em suas análises e teorias. Sendo assim, uma vez que as teorias moldam a disciplina e são criadoras e criações da realidade, o fato de Teorias do Norte serem predominantes nas RI reflete o poder deste na construção do que é o saber internacional¹⁸ e a pouca atenção dada aos países do Sul na disciplina, tanto na interpretação da realidade destes, quanto à importância dada à interpretação do Sul acerca da realidade internacional.

Toda teoria é construída sob a influência de questões políticas, sociais, econômicas e culturais - entre outros fatores- que envolvem a (o) teórica (o) e o seu local de enunciação¹⁹. Ou seja, todas as teorias “derivam de um determinado tempo e espaço” e são “sempre para alguém e com algum propósito” (COX, 1996, p. 207). Sendo assim, sujeito e objeto não estão separados, pelo contrário, exercem mútua e profunda influência, uma vez que, “ninguém nunca descobriu um método para separar a (o) erudita (o) das circunstâncias da vida, do fato do seu envolvimento (consciente ou inconsciente) com uma classe, com um conjunto de crenças, uma posição social, ou da mera atividade de ser um membro da sociedade” (SAID, 1996, p.21). Sendo assim, a ideia de que só é conhecimento verdadeiro aquele que for apolítico acaba ocultando as circunstâncias políticas presentes no processo de construção do conhecimento (SAID, 1996, p. 22), e reforçando “o domínio das “superiores” metodologias “cientificistas” [...] que serviram para esconder outras formas de discussão dentro da disciplina, especialmente sobre o papel dos valores e sobre a ligação entre as políticas domésticas e as internacionais” (HALLIDAY, 1999, p. 35).

Existem vários e distintos conceitos de teoria. Acharya e Buzan escrevem, em *Non-Western International Relations Thought* (2010) sobre o significado de Teoria nas Relações Internacionais. Segundo os autores, esta é uma tarefa complicada devido a divisão entre dois grandes entendimentos sobre o termo: a compreensão positivista “dura”, que prevalece nos EUA, e a compreensão reflexivista mais “branda”, presente, majoritariamente, na Europa. O primeiro entendimento “normalmente demanda que a teoria seja definida em termos positivistas: que estabeleça o conteúdo de forma operacional e, em seguida, defina e explique as relações entre causas e efeitos. Este tipo de teoria deve conter - ou ser capaz de gerar -

¹⁸ “O “saber internacional” aqui referido pode ser também articulado como um conjunto teórico amplo que formaria o bojo da “teoria internacional”, ou melhor, de várias teorias internacionais. Isto é, saber internacional, teoria internacional, teorias das Relações Internacionais e epistemologias internacionais são sinônimos do complexo pensar e agir da esfera externa” (CASTRO, 2012, p. 42).

¹⁹ Conceito desenvolvido por Walter Mignolo.

hipóteses testáveis de natureza causal”²⁰ (ACHARYA; BUZAN, 2010, p. 3). O entendimento reflexivista, por sua vez, “usa o termo teoria para tudo que organize um tema sistematicamente, estruture questões e estabeleça um conjunto coerente e rigoroso de conceitos e categorias inter-relacionados”²¹ (ACHARYA;BUZAN, 2010, p. 3). Ainda, é importante ressaltar que posicionamentos positivistas duros podem ser encontrados na Europa, assim como reflexivistas nos EUA. Não se trata de uma divisão estática.

De maneira mais ampla, e abrangendo as duas definições acima, teorias são abstrações feitas a partir de acontecimentos do nosso cotidiano, no qual procuramos encontrar padrões, agrupar eventos e classificar coisas (ACHARYA; BUZAN, 2010, p.4). Isso ocorre na medida em que percebemos as similaridades e as singularidades dos acontecimentos, os quais “têm tanto algumas características únicas quanto algumas que compartilha com outros eventos similares”²² (ACHARYA;BUZAN, 2010, p. 4).

As TRI também podem ser divididas em teorias analíticas e teorias normativas. Fred Halliday (2005) apresenta esta divisão, destacando que, enquanto as primeiras apresentam uma gama de conceitos para explicar como funcionam as relações internacionais, as segundas tratam sobre normas e ética no cenário internacional (HALLIDAY, 2005, p. 21). Ou seja, enquanto as teorias analíticas focam na compreensão e explicação, o foco das teorias normativas “não é tanto explicar ou entender o mundo social como ele é, mas estabelecer ideias sistemáticas sobre como e porque ele pode e deve ser melhorado”²³ (ACHARYA;BUZAN, 2010, p.4). A explicação dos processos e eventos a nível global é uma das principais funções das teorias, às quais não precisam conter, necessariamente, prescrições e predições (HALLIDAY, 2005).

Pretende-se aqui apresentar uma visão pluralista de teoria, no sentido de contemplar tanto os entendimentos de cunho positivista quanto reflexivistas. E mais do que isso, procure-se, “expandir as fronteiras das Relações Internacionais, buscando uma discussão mais aberta

²⁰ No original: “usually demands that theory be defined in positivist terms: that it defines terms in operational form, and then sets out and explains the relations between causes and effects. This type of theory should contain – or be able to generate – testable hypotheses of a causal nature” (ACHARYA; BUZAN, 2010, p. 3).

²¹ No original: “use the term theory for anything that organizes a field systematically, structures questions and establishes a coherent and rigorous set of interrelated concepts and categories”(ACHARYA;BUZAN, 2010,p. 3).

²² No original: “will have both some unique features and some that it shares with others of its type” (ACHARYA E BUZAN, 2010, p. 4).

²³ No original: “is not so much to explain or understand the social world as it is, but to set out systematic ideas about how and why it can and should be improved” (ACHARYA E BUZAN, 2010, p.4).

sobre definições”²⁴ (TICKNER;WAEVER, 2010, p.17). Assim como Arlene Tickner e Ole Waever,

buscamos descentralizar a disciplina fazendo perguntas como “o que é internacional? ou “o que é teoria?”, e fazendo isso, expandir as fronteiras das Relações Internacionais, buscando uma discussão mais aberta sobre definições. Tudo se transforma localmente. A teoria muda na medida em que viaja para lugares diferentes, uma vez que é sempre uma resposta a situações sociais e históricas específicas. Hoje, com padrões de deslocamento mais complexos e acelerados, as teorias mudam e retornam em formas ainda mais desafiadoras. Não há uma constelação estável de teorias que “são” simplesmente “elas mesmas” (na abstração, ou seja, no centro) e são a “reação a algo” (por exemplo, na periferia) [...].As inflexões/transformações particulares das teorias tem que ser entendidas *no-entre* o internacional e o local²⁵ (TICKNER;WAEVER, 2010, p.17, tradução nossa, grifo nosso).

Advoga-se também pela maior inserção de formas de construção do conhecimento distintas da positivista, já consolidada na disciplina. É preciso transcender o domínio positivista nas RI, para que novas formas de compreender o internacional ganhem espaço. No entanto, não devemos descartar o positivismo, pois este também possui instrumentos importantes para o estudo das RI - como o grande potencial de sistematização, que auxilia no entendimento das pesquisas - assim como as abordagens reflexivistas possuem suas limitações – como, por exemplo, o um grande engajamento, muitas vezes, em críticas e abstrações, que por vezes tomam o protagonismo de pesquisas de caráter mais prático e emancipatório. Sendo assim, para que possamos compreender as RI de forma crítica e construtiva, é essencial um olhar atento às Teorias de Relações Internacionais que leve em consideração alguns aspectos importantes: o local de onde se escreve; a pluralidade da disciplina e a influência de outras áreas do saber; as problemáticas envolvidas na tradicional apresentação das RI em grandes debates; e o entendimento de que o Sistema de Estados não é o único objeto que merece atenção das pesquisas de RI (NOGUEIRA; MESSARI, 2002).

²⁴ No original: “to expand the borders of IR and aim for a more open discussion of definitions” (TICKNER;WAEVER, 2010, p.17).

²⁵ No original: “We aim to decenter the discipline by asking questions such as “What is international?” or “What is theory?”, and in doing so, to expand the borders of IR and aim for a more open discussion of definitions. Everything gets inflected locally. Theory changes as it travels to different places, given that it is always a response to specific social and historical situations. Today, with more complex and accelerated travel patterns, theories change and feed back in even more challenging ways. There is not a stable constellation of theories that “are” simply themselves (in abstraction, i.e., in the center) and are “reacted to” (e.g., in the periphery), nor is this captured by a picture of local, independent realities. The particular inflections of theories have to be understood in-between the international and the local”(TICKNER;WAEVER, 2010, p. 17).

2.2 PÓS-COLONIALISMO

Um dos arcabouços teóricos que tem inspirado maiores reflexões na disciplina de RI é o Pós-Colonialismo (TICKNER;WAEVER, 2009). O termo Pós-Colonialismo possui dois entendimentos básicos. O primeiro é referente ao processo de descolonização de países do Terceiro Mundo em meados do século XX, e o segundo, diz respeito às contribuições teóricas feitas pelos estudos culturais e literários - originários principalmente na Inglaterra e Estados Unidos (BALLESTRIN, 2012). O Pós-Colonialismo como corpo teórico se inicia, deste modo, com os escritos dos intelectuais da diáspora negra, e tem na crítica literária sua primeira área de difusão (COSTA, 2006). A partir de então se expande para diversas disciplinas, apresentando “uma crescente sofisticação filosófica e reflexividade”²⁶ (TICKNER;WAEVER, 2009, p. 6).

Mais do que uma teoria, o Pós-Colonialismo pode ser entendido também como um “projeto disciplinar dedicado à tarefa acadêmica de revisitar, relembrar e, fundamentalmente, questionar o passado colonial” (GANDHI, 1998, p.4)²⁷, ou como um movimento político e intelectual (BALLESTRIN, 2012) “não necessariamente linear, disciplinado e articulado” mas que “em toda sua amplitude histórica, geográfica e disciplinar percebe a diferença colonial e intercede pelo colonizado” (BALLESTRIN, 2012, p.3). Os escritos pós-coloniais trazem reflexões acerca da “continuidade das estruturas e relações de poder profundamente assimétricas entre as diferentes regiões do mundo e seus respectivos povos” (JATOBÁ, 2013, p. 118). Assim, nos levam a compreender que o colonialismo não terminou quando as colônias foram desocupadas, ele continua presente em “situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais” (COSTA, 2006, p. 118). Por isso, o prefixo “pós” não diz respeito a sua superação, mas a sua continuidade.

As principais características da perspectiva Pós-Colonial, segundo David Slater (2004) são: (1) as análises pós-coloniais apresentam uma periodização histórica distinta e questionam o discurso ocidental “civilizatório” (progresso, modernização, etc); (2) o pós-colonial também evidencia o fato de que colonizado e colonizador se constituem mutuamente; (3) questiona-se sobre a localização e os impactos da construção do conhecimento (chamando atenção para a constante exclusão de saberes não-ocidentais); (4) chama atenção para a centralidade da periferia em suas análises; e, por fim, (5) assume um posicionamento ético-

²⁶ No original: “into an accelerating philosophical sophistication and reflexivity (TICKNER;WAEVER,2009, p. 6).

²⁷ No original: “a disciplinary project devoted to the academic task of revisiting, remembering and, crucially, interrogating the colonial past” (GANDHI, 1998, p.4).

político contra a colonialidade do poder (SLATER, 2004). A abordagem Pós-Colonial é essencialmente multidisciplinar. Entre as principais correntes que influenciam essa abordagem estão o Pós-Estruturalismo, a corrente Pós-Moderna²⁸ e os Estudos Culturais²⁹ (COSTA, 2006). Por meio de uma estreita relação com estas abordagens, suas análises apresentam “o descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos”, “o caráter discursivo do social”, “o método da desconstrução dos essencialismos” e “a proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade” (COSTA, 2006; BALLESTRIN, 2012).

No que diz respeito às primeiras autoras (es) pós-coloniais “é possível encontrarmos antes dos considerados clássicos eleitos pelo pós-colonialismo - Fanon, Césaire, Memmi e Said -, pensadores que desde as suas ex-colônias produziram um pensamento crítico e alternativo pelo menos desde o século XVI” (BALLESTRIN, 2012, p. 3). Ainda assim, é indiscutível a relevância da Tríada Francesa e do palestino Edward Said na construção da teoria Pós-Colonial. Em *Orientalismo*, obra considerada como uma das fundadoras da teoria, Said direciona sua análise para um dos principais símbolos do poder colonial e também da luta contra ele: o texto, a escrita, a representação (GANDHI, 1998).

O Pós-Colonialismo se estrutura a partir da construção intelectual de três grupos: Estudos Subalternos Indianos, Estudos Culturais e Modernidade/Colonialidade. O primeiro grupo é formado na década de 70 sob a liderança do indiano Ranajit Guha, e tinha como objetivo a “revisão da história do seu país, desde uma perspectiva pós-nacional específica: subalterna e pós-colonial” (BARBOSA, 2009, p. 1). Entre os principais autores do grupo está Gayatri Chakrabarty Spivak, que em “*Can the Subalter Speak? (O subalterno pode falar?)*” problematiza a capacidade dos intelectuais de falarem pelo subalterno. Spivak estabelece, portanto, uma autocrítica ao próprio grupo e também a autores ocidentais como Foucault e Deleuze (BALLESTRIN, 2012). Já dos Estudos Culturais nomes como Homi Bhabha, Paul

²⁸ “A sensibilidade analítica pós-colonial concentra-se em problemas de diferença, agência, subjetividade e resistência, mas em contraste com a análise pós-moderna e pós-estrutural, o faz de uma maneira que visa desafiar e desestabilizar discursos ocidentais de progresso, civilização, modernização, desenvolvimento e globalização. Essa ruptura e deslocamento do etnocentrismo ocidental é efetuada através da posição central dada a política colonial e imperial na análise. Neste contexto, a capacidade de invasão do poder ocidental é entendido como um fenômeno chave e não relegado às margens da análise” (SLATER, 2004, p. 163-164).

²⁹ Segundo Sérgio Costa (2006), é com o Pós-Estruturalismo, em especial os escritos de Derrida e Foucault, que os autores Pós-Coloniais “aprenderam a reconhecer o caráter discursivo do social” (p. 118), do Pós-Modernismo utiliza-se da noção de “pós-modernidade, como condição, isto é, como categoria empírica que descreve o descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos” (p.118), e quanto aos estudos Culturais, Costa destaca que a distinção destes na sua versão britânica pode ser considerada como apenas cronológica, uma vez que, a partir do momento em que Stuart Hall direciona seus estudos a temas de etnia, raça, entre outros, “verifica-se uma convergência plena entre estudos pós-coloniais e estudos culturais (Morley e Chen, 1996 Apud Costa, 2006, p. 118).

Gilroy e Stuart Hall, trazem também, grandes contribuições. Nas obras desses autores, “globalização, cultura, identidade (classe/raça/gênero), migração e diáspora apareceram como categorias fundamentais para observar as lógicas coloniais modernas” (BALLESTRIN, 2012, p. 6). O Grupo Modernidade/Colonialidade, por sua vez, traz a América Latina para o debate Pós-Colonial. Com formulações inovadoras, direciona suas análises para questões como a geopolítica do conhecimento e a colonialidade, propondo novas maneiras de compreender o conhecimento.

De uma maneira geral e simplificada, podemos então, compreender o Pós-Colonialismo em três versões: anti-colonial, pós-colonial e decolonial (BALLESTRIN, 2014).

Tabela 2 – Três versões do Pós-Colonialismo

Versões	Contexto Histórico	Expoentes	Temas	Influências
Anti-Colonial	1960' - libertação, descolonização, e revolução do Terceiro Mundo	Cesáire Fanon Guevara Cabral Memmi	Racismo Negritude Colonizado Colonizador	marxismo revolucionário; psicanálise; pan-africanismo; pensamento afro-diaspórico.
Pós-Colonial	1980' - Globalização e Pós-Modernidade	Said Spivak Gilroy Hall Bhabha	Subalternismo; Orientalismo; Feminismo do Terceiro Mundo; Diáspora; Hibridismo; Diferença	Estudos Subalternos Indianos; Estudos Culturais; Pós-Estruturalismo/Fundamentalismo; Desconstrutivismo; Pós-Modernidade
Decolonial	2000' - Pós-neoliberalismo na América Latina	Mignolo Walsh Grosfóguel Castro-Gomes Maldonado-Torres Escobar Palermo Lugones	Colonialidade/Modernidade; Eurocentrismo; Geopolítica do Conhecimento	Pensamento latino-americano; Filosofia de Libertação; Teoria da Dependência; Teorias do Sistema Mundo; Grupo indiano e latino-americano de Estudos Subalternos; Filosofia afro-caribenha; Feminismo latino-americano; Marxismo periférico

Fonte: Ballestrin, 2014, p. 7-8.

As perspectivas trazidas pelo Pós-Colonialismo se inserem no campo de estudo das Relações Internacionais a partir dos anos 1990, como um dos reflexos da imersão da crítica reflexivista/pós-positivista na disciplina. Os escritos pós-coloniais são importantes instrumentos para a análise das relações de poder entre Norte e Sul e para a “construção de uma disciplina mais plural” (JATOBÁ, 2009, p. 125) que elucide novas formas de compreender as relações internacionais. Nesse sentido, “questões como o que conta como conhecimento e o que não, sobre a relação entre conhecimentos dominantes e subjugados, sobre o significado da divisão do conhecimento acadêmico e as disparidades resultantes, todas vão ao coração da divisão Norte/Sul” (DARBY, 2008, p.5) e são indispensáveis a essa pesquisa. O processo de construção do conhecimento é elemento central aos estudos pós-coloniais, uma vez que este “direciona sua crítica contra a hegemonia cultural dos saberes europeus, numa tentativa de reafirmar o valor epistemológico e a agência do mundo não-europeu”³⁰ (GANDHI, 1998, p. 44). A abordagem pós-colonial busca dar voz aos povos marginalizados e demonstrar como o Ocidente³¹ e o “resto do mundo” se constituem mutuamente. Por isso, um dos conceitos centrais a esta teoria é o hibridismo, uma vez que, os autores pós-coloniais “estão escrevendo em “distanciamento” e “aproximação” com o centro, em termos que não podem se constituir independentemente da relação com este último. Nem podem ser o mesmo”³² (TICKNER; WAEVER, 2009, p.7). Deste modo, o Pós-Colonialismo critica a visão ocidental estabelecida sobre o conhecimento, mas também procura o diálogo com esta. Não almeja uma guerra de soma zero entre teorias, pelo contrário, acredita que o engajamento entre as teorias *mainstream* de RI e o Pós-Colonialismo irá trazer benefícios para ambas (JACKSON; SORENSEN, 2013).

É importante refletir também a inclusão de autoras (es) das Relações Internacionais como intelectuais Pós-Coloniais. Samir Amim, Mohammed Ayoob e Fred Halliday, por exemplo, compartilham de premissas principais defendidas pela teoria Pós-Colonial, e poderiam ser adicionados ao grupo.

³⁰ No original: “*directs its critique against the cultural hegemony of European knowledges in an attempt to reassert the epistemological value and agency of the non-European world*” (GANDHI, 1998, p. 44).

³¹ O conceito de Ocidente utilizado na pesquisa não refere-se ao âmbito geográfico, e sim vai ao encontro da definição estabelecida por Walter Mignolo na qual “o Ocidente é a nova designação, depois do fim da Guerra Fria, do “primeiro mundo”; o lugar da enunciação que produziu a diferença imperial e a diferença colonial, os dois eixos sobre os quais giram a produção e reprodução do mundo moderno/colonial” (MIGNOLO, 2013, p. 85).

³² No original: “*are both writing “away from” and “back to” the center in terms that cannot originate independently of the relationship to the latter. Nor can they be the same*” (TICKNER; WAEVER, 2009, p.7).

2.2.1 Teoria Decolonial: Grupo Modernidade/Colonialidade

O projeto Modernidade/Colonialidade se estrutura no final dos anos 1990, a partir das reflexões de intelectuais como Aníbal Quijano (sociólogo peruano), Ramón Grosfoguel (sociólogo porto riquenho) e Sylvia Wynters (intelectual jamaicana) realizadas no âmbito do *Coloniality Working Group* na cidade de Binghamton nos EUA. Essas reflexões iniciais convergiram com o evento realizado por Edgardo Lander (Venezuela) - com o apoio da CLACSO³³ - na Venezuela em 1998, que contou com a participação de Arturo Escobar (Colômbia), Aníbal Quijano (Perú), Walter D Mignolo (Argentina), Enrique Dussel (Argentina) e Fernando Coronil (Venezuela). A partir desse encontro foi produzido um dos principais livros do grupo: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. (CASTRO-GÓMEZ;GROSFOGUEL,2007). Além desses, outros nomes como Catherine Walsh (Equador) Zulma Palermo (Argentina), Nelson Maldonado Torres (Porto Rico), e Santiago Castro Gomes (Colômbia), vão aos poucos compondo o grupo. Podemos perceber que a maioria de seus componentes derivam de outros espaços de pensamento crítico na região, como as teorias da dependência e a filosofia da libertação (GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD, 2010).

A publicação de Arturo Escobar *Mundos y Conocimientos de Otro Modo* esclarece algumas das principais características do Grupo Modernidade/Colonialidade. Segundo Escobar (2003), o grupo pode ser compreendido como um projeto que visa à descolonização epistemológica. Para isso, uma das suas principais problemáticas é referente à necessidade da construção de um novo entendimento acerca da modernidade. Na perspectiva decolonial³⁴, a modernidade passa a ser compreendida a partir da sua estreita relação com o seu lado oculto e indissociável, a colonialidade. Ou seja, não há como haver modernidade sem colonialidade (MIGNOLO, 2011). E por isso, um dos objetivos do grupo é transcendê-la para que assim possa se construir uma sociedade mais igualitária e plural.

³³ Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

³⁴ Dentro dos escritos referentes à colonialidade aparecem tanto o termo decolonial quanto descolonial. No entanto, optou-se aqui pelo uso do Decolonial por concordarmos com Catherine Walsh, que ao suprimirmos o “s” pretendemos “marcar uma distinção com o significado em espanhol do “des” e o que pode ser entendido como um simples desarmar, desfazer, ou reverter o colonial. Ou seja, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e suas pegadas deixassem de existir. Com este jogo linguístico, pretendo colocar em evidência que não existe um estado nulo da colonialidade, mas sim posturas, posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, in-surgir, criar e influenciar. O decolonial expressa, então, um caminho de luta contínua na qual se pode identificar, visualizar e estimular “lugares” de exterioridade e construções de alter - (n)ativas.” (WALSH, 2013, p. 25).

O Grupo M/C compreende o início da modernidade a partir da conquista da América no século XV. É por meio desse processo que se origina o novo padrão de poder mundial (capitalista, machista, nacionalista e eurocentrado), o primeiro com alcance global, que se estabelece por meio da codificação das diferenças através da construção da ideia de raça (QUIJANO, 2005a). Deste modo, a perspectiva decolonial entende que 1) o sistema capitalista e o colonialismo são constitutivos da modernidade; 2) a modernidade é um fenômeno global e não apenas europeu; 3) o caráter colonial da modernidade é um elemento essencial para sua existência; e que 4) o eurocentrismo é uma forma de conhecimento hegemônica da modernidade/colonialidade que se considera universal. Além disso, o grupo se caracteriza por sua transdisciplinariedade, transnacionalidade, pela atuação política fora da academia - através do vínculo com movimentos sociais e eventos como Fórum Social Mundial - e pela construção de um pensamento de fronteira crítico (ESCOBAR, 2003). Nesse sentido, os temas centrais à análise decolonial são: a colonialidade do poder, do ser e do saber, o sistema moderno colonial, a diferença colonial e a colonialidade global, o eurocentrismo e pensamento de fronteira. (ESCOBAR, 2003; QUIJANO, 2005a; CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007; MIGNOLO, 2011).

2.3 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O SUL GLOBAL

2.3.1 Definindo o Sul Global

O que hoje metaforicamente se chama de Sul Global possui também outras conotações, entre as quais, estão o conceito de Terceiro Mundo e o de Periferia. O conceito de Terceiro Mundo foi utilizado pela primeira vez pelo demógrafo francês Alfred Salvy no início dos anos 1950 no artigo *Trois Mondes, une Planète* para o *L'Observateur*. *Tiers- Monde* teria surgido como uma analogia ao conceito de Terceiro Estado³⁵ utilizado na França, e logo ganhou adesão de diversas (os) intelectuais pelo mundo. A Conferência de Bandung, em 1955, foi o marco simbólico da construção do Terceiro Mundo. Esse evento representou a articulação daqueles países que não pretendiam se aliar a nenhum dos dois polos que dominavam o cenário da Guerra Fria: os EUA (capitalismo) e a URSS (socialismo), denominados de Primeiro e Segundo Mundo, respectivamente. Depois de Bandung

³⁵ O termo Terceiro Estado diz respeito às pessoas que não faziam parte nem do Clero (primeiro Estado) nem da Nobreza (Segundo Estado) na Monarquia francesa.

aconteceram várias outras conferências, que resultaram em alianças político-ideológicas e na formação de uma identidade comum entre esse grupo de países. A qual se constrói devido a estes países possuírem preocupações comuns, tanto no âmbito interno quanto no externo, tais como a desigualdade social e a condição subjugada em que se encontram na economia mundial. Com o fim da Guerra Fria o conceito de Terceiro Mundo passa gradualmente a cair em desuso, visto que, além do fim do embate entre “os mundos”, países como Taiwan, Singapura, Coréia do Sul (Tigres Asiáticos) e a China, considerados parte do Terceiro Mundo, passaram a se distanciar dos demais em vista do grande crescimento econômico que alcançaram, aumentando ainda mais a diversidade do grupo (SOUZA, 2005, p. 190). Nesse cenário, “alguns movimentos, governos e analistas têm procurado reorientar e revitalizar a ideia de um Terceiro Mundo, enquanto outros argumentaram que ele perdeu sua relevância” (BERGER, 2004, p. 9). No entanto, como destaca Mohammed Ayoob, o conceito de Terceiro Mundo “tem fronteiras flexíveis ao invés de fronteiras rígidas” (1995, p. 13). Deste modo, a emergência de outros conceitos para designar esta parte do mundo não demonstra uma ruptura com o significado do termo, mas um ampliação deste. Ou seja,

tal como acontece com muitos outros conceitos válidos nas ciências sociais que não possuem parâmetros meticulosamente delineados, o conceito de Terceiro Mundo tem fronteiras flexíveis ao invés de fronteiras rígidas. Essa flexibilidade ajuda o analista a usar o termo para abranger casos marginais e recentes sem perder de vista a natureza contestada de aplicação do conceito para tais casos. Alguns estudiosos afirmam que o Terceiro Mundo (embora agora elegantemente chamado de Sul ou de periferia, em consideração ao fim da Guerra Fria) tornou-se mais relevante como uma categoria conceitual na era pós-Guerra Fria do que jamais foi durante os dias da Guerra Fria. A dicotomia entre os países desenvolvidos, ricos e poderosos do Norte e o subdesenvolvido, pobre e fraco Sul é visível em termos ainda mais gritantes agora do que era durante a Guerra Fria (AYOOB, 1995, p.13, tradução da autora).³⁶

Atualmente, a configuração dos Não-Alinhados que se originou em Bandung não existe mais, porém “a cartografia imaginária que justificou o Terceiro Mundo ainda existe” (GROVOGUI, 2011, p. 178). E, por isso, o conceito de Sul Global, que passa a ser mais utilizado, “capta o espírito engajado do Terceiro Mundo e continua nos convidando para um reexame dos fundamentos intelectuais, políticos e morais do sistema internacional”

³⁶ No original: “As with many other valid concepts in the social sciences that lack meticulously delineated parameters, the concept of the Third World has flexible frontiers rather than rigid boundaries. This flexibility helps the analyst use the term to encompass marginal and recent cases without losing sight of the contested nature of the concept’s application to such cases. Some scholars argue that the Third World (although now fashionably termed the South or the periphery in deference to the end of the Cold War) has become more relevant as a conceptual category in the post-Cold War era than it ever was during the days of the Cold War. The dichotomy between the developed, affluent, and powerful North and the underdeveloped, poor, and weak South is visible in even starker terms now than was true during the Cold War” (AYOOB, 1995, p. 13).

(GROVOGUI, 2011, p. 175). Este convite é feito também pelo conceito de periferia, que, elaborado por autores da Teoria do Sistema Mundo e da Teoria da Dependência, chama atenção para o caráter hierárquico e desigual do SI.

Para os fins deste estudo os termos Sul Global, Terceiro Mundo, e Periferia serão utilizados como sinônimos. Considerou-se necessária a utilização destes, uma vez que, são os conceitos que possuem maior alcance no âmbito acadêmico e foram os que trouxeram visibilidade à discussão sobre a parte menos privilegiada do globo. No entanto, devemos “continuar problematizando seu significado, validade, aplicabilidade, etc., mantendo um espaço aberto para a possibilidade de novas categorias”³⁷ (SLATER, 2004, p. 10).

2.3.2 Centro e Periferia nas RI

As relações de poder e conhecimento entre Norte e Sul são facilmente percebidas quando analisamos os principais conceitos utilizados em Relações Internacionais. As “teorias de RI *mainstream* - realismo (clássico), neorealismo, e liberalismo - são essencialmente teorias eurocêntricas, originadas, em grande parte nos EUA e fundadas, quase exclusivamente, no que acontece ou aconteceu no Ocidente” (NEUMAN, 1998, p. 2), enquanto a realidade do Sul permanece pouco estudada na disciplina. Deste modo, “o estudo das Relações Internacionais é conduzido principalmente a partir de um espaço geopolítico específico (EUA), que passa a ser o país mais poderoso tanto no contexto internacional quanto na disciplina”³⁸ (TICKNER;WAEVER, 2009, p. 5). Tal situação configura um “Centro” e uma “Periferia” no que diz respeito à construção do conhecimento em RI (TICKNER, 2009, 2013). Enquanto os primeiros são aqueles que estruturam as principais teorias e definem o que é válido como conhecimento na área, aos segundos cabe a função de fornecimento de dados às pesquisas. Assim, a “interpretação - um estágio decisivo na construção de teorias - ocorre no Norte, onde o conhecimento é produzido e circulado com o fim de ser consumido em todo o mundo” (TICKNER, 2013, p. 631).

O Sistema Centro-Periferia na disciplina de RI é melhor entendido quando compreendemos o conceito de Geopolítica do Conhecimento, que está intimamente conectado

³⁷ No original: “to continue to reproblematicize their meaning, validity, applicability, etc. while keeping an open space for the possibility of new categories” (SLATER, 2004, p. 10).

³⁸ No original: “the study of international relations is conducted primarily from a specific geopolitical site (the United States) that happens to be the most powerful country in both international affairs and the discipline itself” (TICKNER;WAEVER, 2009, p. 5).

com os conceitos de Colonialidade (Quijano, Mignolo, Maldonado-Torres) e de Diferença colonial (Mignolo). Essas três definições são fruto do Grupo Modernidade/Colonialidade, que como uma terceira versão do Pós-Colonialismo (BALLESTRIN, 2012) estruturado a partir da América Latina, tem se tornado um importante instrumento para repensarmos as RI. Para compreendermos o conceito de Geopolítica do Conhecimento podemos dividi-lo em três partes: Geografia (local de enunciação), Política (arcabouço histórico-político do local e do ser) e Conhecimento (formulações geradas a partir dos dois anteriores). Walter Mignolo pretende, ao anunciar este conceito, demonstrar a importância do local de enunciação das (os) intelectuais. A geopolítica do conhecimento, portanto, “é a relação entre espaços (geográfica e historicamente constituídos) e pensamento” (MIGNOLO, 2002, p. 66) e “é organizada em torno da diversificação, através da história, das diferenças colonial e imperial” (MIGNOLO, 2002, p. 59). A diferença colonial se refere à hierarquização de saberes, na qual o Ocidente aparece como o ponto máximo da evolução, enquanto os demais povos são designados como inferiores. Como ressalta Mignolo:

A diferença colonial é fácil de entender e fundamental para entender o básico do projeto modernidade/colonialidade. Na “/” [barra] que une e separa modernidade e colonialidade, cria-se e estabelece-se a diferença colonial. Não a diferença cultural, mas a transformação da diferença cultural em valores e hierarquias: raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, pelo outro. Noções como “Novo Mundo”, “Terceiro Mundo”, “Países Emergentes” não são distinções ontológicas, ou seja, provêm de regiões do mundo e de pessoas. São classificações epistêmicas, e quem classifica controla o conhecimento. A diferença colonial é uma estratégia fundamental, antes e agora, para rebaixar populações e regiões do mundo. Como transforma diferenças em valores, dessa maneira, pela diferença colonial, a América Latina não é apenas diferente da Europa; desde Buffon e Hegel, é uma zona inferior do mundo com suas populações e suas faunas, seus crocodilos e seus pântanos. E assim em tudo. (MIGNOLO, 2013, p. 24).

A diferença colonial é estabelecida, deste modo, pela tensão que existe na relação entre modernidade e colonialidade. A colonialidade é parte indissociável da modernidade, e mais do que isso, é seu lado mais sombrio (MIGNOLO, 2011, p. 2). O conceito de colonialidade, portanto, tem por objetivo “contemporizar o colonialismo, lembrando que, mesmo em um mundo supostamente globalizado, as lógicas imperiais e coloniais operam das mais diferentes maneiras, sobretudo nas questões que envolvem as disputas políticas e econômicas entre o Norte e o Sul Global” (BALLESTRIN, 2013, p.41). Devido a sua complexidade e abrangência, o conceito de colonialidade abarca também outras dimensões: a

Colonialidade do Poder³⁹, Colonialidade do Ser⁴⁰, Colonialidade de Gênero⁴¹, e Colonialidade do Saber.

Para além das desigualdades econômicas, violências e injustiças deixadas pelo colonialismo, este também deixou um legado epistemológico eurocêntrico. Esse legado é refletido no conceito de colonialidade do saber, a qual impede a periferia de compreender o mundo a partir das epistemes que lhe são próprias, pois as concebe como inferiores (LANDER, 2005). No caso das Relações Internacionais essa realidade é ainda mais marcante devido ao nascimento da disciplina em um contexto imperial e sua consolidação e reprodução majoritariamente feita através de lentes ocidentais.

A estrutura Centro-Periferia nas RI tem dificultado a ascensão de novas formas do saber na disciplina. Com o objetivo de mudar esse contexto, autores de diversos cantos do planeta têm unido suas vozes na busca por pluralizar as RI (JACKSON, 2011; TICKNER, 2013). Para alcançar tal objetivo é preciso incluir as diferentes contribuições teóricas do Sul Global, e assim, expandir as fronteiras da disciplina. Em um escopo mais amplo, dentro das Ciências Sociais, esse movimento vem sendo conhecido como ‘Epistemologias do Sul’ ou ‘Teorias do Sul’. As quais “denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos” (SANTOS; MENEZES, 2009, p. 7). Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para o avanço desse movimento nas Relações Internacionais. Por isso,

³⁹ A Colonialidade do Poder é um conceito desenvolvido por Aníbal Quijano e essencial aos escritos do Grupo Modernidade/Colonialidade. Segundo o autor, “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009, p. 72).

⁴⁰ A Colonialidade do Ser é um conceito desenvolvido por Walter D. Mignolo e posteriormente também por Nelson Maldonado-Torres. Assim, “se a colonialidade do poder se refere a inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do saber tem a ver com o papel da epistemologia e as funções gerais da produção do conhecimento na reprodução dos regimes de pensamento coloniais, a colonialidade do ser refere-se, então, a experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130).

⁴¹ O conceito de Colonialidade de Gênero é desenvolvido por María Lugones, segundo a autora: “ao pensar a colonialidade do gênero, eu complexifico a compreensão do autor [Aníbal Quijano] sobre o sistema de poder capitalista global, mas também critico sua própria compreensão do gênero visto só em termos de acesso sexual às mulheres. Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. Isso contrasta fortemente com o processo de conversão que constitui a missão de cristianização. (LUGONES, 2014, p. 939). Deste modo, para Lugones, a colonialidade de gênero diz respeito a “opressão de gênero racializada capitalista”, a autora denomina como feminismo descolonial “a possibilidade de superar a colonialidade de gênero” (p.941).

ênfatisa a necessidade de debatermos sobre o processo de construção do conhecimento, de expandirmos conceitos e de reestruturarmos a disciplina em bases plurais, que levem em consideração as vozes dos diversos cantos do mundo.

2.3.3 Sociologia da ciência nas RI

Ao abordarmos a estrutura Centro-Periferia na construção do conhecimento em RI é imprescindível analisarmos a Sociologia da Ciência na disciplina. A Sociologia da ciência se preocupa em analisar as variáveis que compõem o ambiente social no qual as (os) pesquisadoras (es) estão inseridas (os). Através da análise da sociologia da ciência podemos entender “como diferentes tipos de conhecimento são produzidos em várias épocas e lugares, por que as disciplinas são mais ou menos integradas (conceitualmente e socialmente) e por que as atividades em disciplinas distintas são organizadas em torno de vários tipos de instituições”⁴² (TICKNER;WAEVER, 2009, p.11). No que concerne às Relações Internacionais, sabe-se do domínio de formulações estadunidenses e europeias na construção e desenvolvimento da disciplina. As RI são uma disciplina fundada em bases ocidentais. Para que possamos entender como se estrutura esse domínio do Ocidente devemos analisar através da sociologia da ciência as condições sob as quais o conhecimento em RI é produzido nos diferentes cantos do mundo.

Um dos elementos que contribuiu para as disparidades nas relações Norte/Sul é o impacto, presente até os dias de hoje, do imperialismo ocidental. Esse fenômeno não só “subjogou as tradições locais de pensamento e conhecimento, mas também desconectou esses povos de sua própria história, delineando a sua auto compreensão dentro de um marco histórico ocidental”⁴³ (ACHARYA;BUZAN, 2011, p.18). Além disso, e também em decorrência de acontecimentos como o imperialismo e o colonialismo, a produção acadêmica no Terceiro Mundo é constringida por diversos outros fatores que advêm das dificuldades na construção desses Estados. Nesse contexto, a construção de conhecimento em RI é marcada por “grandes assimetrias nas condições de trabalho e recursos. E o idioma constitui uma barreira adicional”⁴⁴ (TICKNER, 2013, p.18). Entre os principais fatores que impactam a

⁴² No original: “how different kinds of knowledge are produced at various times and places, why disciplines are more or less integrated (both conceptually and socially), and why activities in distinct disciplines are organized around various types of institution” (TICKNER;WAEVER, 2009, p.11).

⁴³ No original: “overwhelmed local traditions of thought and knowledge, but also cut peoples off from their own history by drawing their self-understanding into a Western historical frame”(ACHARYA;BUZAN, 2011, p.18).

⁴⁴ No original: “Tremendous asymmetries in working conditions, resources, and language constitute additional material barriers” (TICKNER, 2013, p.18).

produção de conhecimento em RI no Terceiro Mundo estão, portanto: a questão da língua; a demanda e recursos locais; a atuação de fundações filantrópicas; e o poder de revistas e jornais de maior visibilidade na disciplina (TICKNER, 2013). Além disso, a cultura e o caráter híbrido do conhecimento construído no Sul também são elementos essenciais à análise.

O inglês, como língua nativa dos EUA e Inglaterra acaba se tornando a língua “oficial” da disciplina, o que exige maiores esforços de estudiosas (os) de outros lugares para entender e escrever em um idioma diferente. Assim, “a quantidade de tempo e energia que essas pessoas têm que gastar para conseguir publicar algo em uma revista *mainstream* de RI, acaba sendo várias vezes maior do que o que teriam que gastar para publicar em sua própria língua” (ACHARYA;BUZAN, 2010, p.19). Além disso, os jornais e revistas de maior visibilidade na área possuem grande poder sobre que temas, assuntos e pesquisas circulam no meio acadêmico. Como destaca Tickner (2013, p.662), “a linguagem de publicação determina não apenas o público (global ou local) aos quais os estudiosos falam, mas também os temas e metodologias de pesquisa”⁴⁵. Assim, ao analisarem os artigos enviados através de um modelo meritocrático que separa os “bons” dos “ruins”, esses meios acabam favorecendo assuntos referentes a locais específicos e reforçando a assimetria que caracteriza a produção em RI (TICKNER, 2013). Esse contexto faz com que o que é publicado seja referente ao Ocidente e sob uma concepção positivista do que conta como conhecimento. Nesse sentido, pouco se lerá sobre o Sul nessas revistas e raramente serão publicadas pesquisas de autores não pertencentes ao Norte, “e aqueles que fazem isso, o fazem geralmente baseados no Ocidente”⁴⁶ (ACHARYA;BUZAN, 2010, p. 19).

As condições locais também exercem forte influência na construção do conhecimento em RI. Falta de investimentos em educação, falta de estrutura material e financeira para a realização de pesquisas, e muitas vezes a necessidade das (os) pesquisadoras (es) em engajarem-se com outras atividades - devido à baixa remuneração atribuída a atividade de pesquisa - são alguns dos elementos que estão presentes no contexto daqueles que se dedicam a construção do saber no Terceiro Mundo. Além disso, para os pesquisadores da periferia em que o “legado colonial, guerra, instabilidade crônica, insegurança e pobreza aguda fazem parte de suas condições concretas de trabalho, as maneiras pelas quais a realidade é refletida e

⁴⁵ No original: “*language of publication determines not only the audiences (global or local) to which scholars speak, but also research themes and methodologies*” (TICKNER, 2013, p. 632).

⁴⁶ No original: “*and those who do make it usually are based in the West.*” (ACHARYA;BUZAN, 2011, p. 19).

problematizada é sem dúvida influenciada pela natureza intrusiva da vida cotidiana”⁴⁷ (TICKNER, 2003, p. 307). O Norte, por sua vez, vivencia uma realidade oposta, em que muito se incentiva a pesquisa e construção de teorias. Os financiamentos e recursos disponíveis para isso são largamente maiores que os existentes no Sul. Por isso, muitas vezes, as preocupações das (os) teóricas (os) no Terceiro Mundo acabam se voltando para questões práticas, de política externa e problemáticas referentes à sua realidade como país periférico.

Outro elemento a ser considerado é a influência de fundações filantrópicas nas pesquisas feitas no Terceiro Mundo. Essas instituições têm estimulado o desenvolvimento de “centros de excelência” em países do Sul, com os quais estabelecem ligações e estimulam investigações em áreas específicas (TICKNER, 2013). Tal contexto pode acabar direcionando os temas investigados a assuntos que não dizem respeito aos interesses e preocupações do Sul, e também reforçar a estrutura Centro-Periferia na construção de conhecimento em RI.

O conhecimento é resultado do tempo, cultura, espaço e das condições econômicas e sociais sob as quais é construído. Por isso, quando analisamos a construção do conhecimento no Terceiro Mundo precisamos atentar para seu caráter híbrido e a influência da cultura nesse processo. Cada sociedade possui uma concepção do que é o conhecimento e como adquiri-lo, ou seja, “indivíduos que ocupam distintos *loci de enunciação* articulam os problemas e métodos de pesquisa de maneiras diferentes, enquanto seus padrões para julgar conhecimento também são altamente variáveis”⁴⁸ (TICKNER, 2003, p.302). Além disso, devido à experiência colonial, o conhecimento construído no Sul está intimamente conectado com o *loci de enunciação* do Ocidente. Dessa estreita relação resulta a construção de um conhecimento híbrido, “caracterizado por pensar nas margens do conhecimento dominante, mas não completamente fora dele”⁴⁹ (TICKNER, 2003, p. 306).

⁴⁷ No original: “a colonial legacy, war, chronic instability and insecurity, and acute poverty form part of their concrete working conditions, the ways in which reality is reflected upon and problematised is no doubt influenced by the intrusive nature of everyday life” (TICKNER, 2003, p. 307).

⁴⁸ No original: “individuals occupying distinct loci of enunciation thus articulate research problems and methods in divergent ways, while their standards for judging knowledge are also highly variable” (TICKNER, 2003, p.302).

⁴⁹ No original: “characterised by thinking at the fringes of dominant knowledge but not completely outside of it”(TICKNER, 2003, p. 306).

2.3.4 Respostas do Sul ao domínio do Norte na disciplina

A periferia responde de diferentes maneiras à estrutura Centro-Periferia das RI que restringe sua ação no processo de construção do conhecimento na disciplina. Arlene Tickner (2013) aponta três atitudes como as mais comuns: 1) “Adaptação/enquadramento” (*fitting in*); 2) “dominação por convite”, e 3) “desvinculação”. Segundo Tickner, a primeira reação é a que ocorre com maior frequência, na qual as (os) autoras (es) do Sul aceitam implícita ou explicitamente a existência do centro e buscam posicionarem-se de uma maneira favorável com relação a isso. Ou seja, procuram a adaptação às premissas estabelecidas pelo Norte na busca por maior espaço na configuração centro-periferia. A segunda reação é de “dominação por convite”. Nesse caso, elites locais que entendem a produção do Norte como superior, promovem-na em detrimento de conhecimentos locais. Assim, reforçam relações de dominação com o Norte. Já a terceira reação é de “desvinculação”, em que as (os) autoras (es) estabelecem oposição ao centro e não se preocupam em seguir suas concepções do que consideram como conhecimento válido em RI. As (os) pesquisadoras (es) da periferia que adotaram essa atitude têm sido rotulados como “não-científicos” e suas pesquisas dificilmente são aceitas pelo *mainstream* (TICKNER, 2013). No caso da América Latina como um todo, e do Brasil mais especificamente, podemos perceber que as três reações fazem-se presentes. Apesar de grande adesão às duas primeiras (adaptação e “dominação por convite”) podemos perceber o crescimento de formulações fora do eixo *mainstream* e a incorporação cada vez maior da crítica reflexivista na região.

3 AS TEORIAS LATINO-AMERICANAS EM RI E O PENSAMENTO COLONIZADO

Este capítulo tem como objetivo apresentar as principais Teorias de Relações Internacionais construídas na América Latina. Para isso, na primeira seção intitulada *Estruturalismo e Enfoques da Autonomia* são apresentadas a construção da Escola Estruturalista composta pelas teorias de Raúl Prebisch, a Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado, a Teoria da Dependência e o Neoestruturalismo e os Enfoques da Autonomia. As formulações da Escola Estruturalista têm como principal tema o estudo do desenvolvimento histórico do capitalismo e, por meio desse, demonstram a estrutura desigual pela qual o Sistema Internacional se estabelece: caracterizado por um Centro e uma Periferia. Os enfoques da Autonomia, por sua vez, se debruçam sobre a análise da autonomia para os países latino americanos, as dificuldades e o significado do alcance desta. Na segunda seção intitulada *Teoria e Pensamento* problematiza-se a utilização do conceito de pensamento para a referência às formulações do Sul Global em Relações Internacionais, atribuindo a estas um caráter de inferioridade em relação ao que é construído no Norte e que é nomeado de teoria. Esse “complexo de vira-lata” acadêmico precisa ser superado para que possamos perceber a riqueza de nossas teorizações e a importância de pensar e construir teoria no Sul.

3.1 ESTRUTURALISMO E ENFOQUES DA DEPENDÊNCIA

O que hoje chamamos de América Latina⁵⁰ recebe diversas conceituações com respeito às suas características no âmbito geográfico, histórico, político, econômico, social, entre outros. A identidade latino-americana envolve, deste modo, uma multiplicidade de fatores. E é justamente a diversidade dessa região um dos elementos que configuram a construção da sua identidade. Além de ser palco das mais distintas formas de expressão cultural, a América Latina também compartilha uma história em comum, marcada pelo colonialismo. E é por meio desse acontecimento que a região se constituiu como a primeira entidade/identidade do que designamos como modernidade (QUIJANO, 2005a).

⁵⁰ Segundo Leslie Bethell (2009) “o conceito “América Latina” é de origem francesa. A expressão “Amérique latine” era utilizada pelos intelectuais franceses para justificar o imperialismo francês no México sob domínio de Napoleão III. [...] Existem três grandes candidatos ao primeiro uso do termo “América Latina”: José María Torres Caicedo, jornalista, poeta e crítico colombiano nascido em 1830 em Bogotá e falecido em 1889 em Paris; Francisco Bilbao, intelectual socialista chileno (1823-1865), e Justo Arosemena, jurista, político, sociólogo e diplomata colombo-panamenho (1817-1896)” (BETHELL, 2009, p.289-90).

Daqui partiu o processo histórico que definiu a dependência histórico-estrutural da América Latina e deu lugar, no mesmo movimento, à constituição da Europa Ocidental como centro mundial de controle desse poder. E nesse mesmo movimento, definiu também os novos elementos materiais e subjetivos que fundaram o modo de existência social que recebeu o nome de modernidade (QUIJANO, 2005a, p.8).

Deste modo, é a colonização da América que possibilita a construção da Europa Ocidental como o centro mundial do controle de poder. E é a partir desse processo - o qual gera a dependência histórico-estrutural da América Latina - que se estabelecem os pilares do que chamamos de modernidade (QUIJANO, 2005b). O colonialismo impactou de diversas formas as sociedades latino-americanas, as quais ainda lutam para superar suas mazelas. O lugar periférico ocupado no Sistema Internacional e a luta pelo desenvolvimento são fatores que marcam, ao longo da história, os países latino-americanos. Por isso, esses temas se tornam centrais às teorias elaboradas na região.

Uma das principais obras referentes à produção teórica em Relações Internacionais na América Latina é o livro do argentino Raúl Bernal-Meza *América Latina en el Mundo: El pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales*. Neste estudo, Bernal-Meza busca demonstrar a existência de um *pensamento*⁵¹ próprio de relações internacionais na região. Para isso, estabelece uma sistematização da produção teórica própria da América Latina. Essas teorias compartilharam de premissas comuns, o que tornou possível o desenvolvimento de uma “Escola”, “Tradição de pensamento” latino-americana de Relações Internacionais: o estruturalismo. A principal característica dessa perspectiva, segundo o autor, “tem sido seu enfoque macro-histórico e sistêmico, que passou a ser predominante nas ciências sociais da região por sua originalidade e contribuições” (BERNAL-MEZA, 2005, p.24).

A construção de uma Escola pressupõe a existência de elementos que estabeleçam certa unidade e singularidade às formulações teóricas de um grupo. Deste modo, o compartilhamento de referenciais ontológicos e metodológicos, o desenvolvimento de uma identidade coletiva e a construção de uma agenda independente/específica são elementos potenciais à formação de uma Escola (JULIÃO, 2011). Com relação à obra de Bernal-Meza, podemos identificar o posicionamento crítico frente à realidade - visão atribuída à esquerda - como um elemento em comum entre os autores do estruturalismo latino-americano, o que

⁵¹ Bernal-Meza utiliza de maneira mais expressiva o conceito de pensamento do que o de teoria ao longo do livro. Essa ação atribui, de certa forma (mesmo que implicitamente) um caráter de inferioridade às formulações latino-americanas, as seriam “pensamento” e não “teoria” (produzidas no Norte). Como veremos no decorrer do texto.

permite a configuração de uma identidade coletiva do grupo. Compartilham também, de um referencial metodológico e ontológico pautado pela dicotomia centro-periferia e, de uma agenda centrada no tema do desenvolvimento econômico e na busca por autonomia (JULIÃO, 2011). Assim, podemos entender o estruturalismo latino-americano como uma Escola, pois podemos identificar elementos estruturais comuns, que são expressos pelos autores em suas distintas abordagens (BERNAL-MEZA, 2005).

Segundo Bernal-Meza o estruturalismo latino americano pode ser compreendido em três momentos: 1) a Teoria original de Prebish; 2) as modificações e contribuições feitas pela Teoria do desenvolvimento e enfoques da dependência; e 3) o Neoestruturalismo. As três formulações analisam o desenvolvimento histórico do Sistema Capitalista,

Prebish, descrevendo o funcionamento da economia mundial, composta por um centro de países altamente industrializados e uma ampla periferia subdesenvolvida, na qual a estrutura, consequência da divisão internacional do trabalho herdada do passado, impedia o aproveitamento dos frutos do progresso técnico; a teoria do desenvolvimento, analisando e explicando como funcionou historicamente essa estrutura; os enfoques da dependência, descrevendo como essa estrutura se sustentava, mediante alianças de interesses com as classes e grupos, externos e internos das sociedades de ambos segmentos; e, finalmente, a reformulação neoestruturalista, interpretando como funciona atualmente o sistema mundial, após as mudanças ocorridas nas últimas décadas, e compreendem os dois subsistemas como essenciais: o sistema político (ordem mundial) e o sistema econômico (globalização/mundialização), que constituem uma só linha de interpretação sobre a estrutura e funcionamento do sistema mundial capitalista (BERNAL-MEZA, 2005, p. 23-24).

As reflexões sobre o desenvolvimento são, portanto, o centro das formulações teóricas estruturalistas da região. Estas constituem, por sua vez, “um grande relato histórico desde a periferia” (BERNAL-MEZA, 2005, p. 29).

3.1.1 Antecedentes do estruturalismo latino-americano

Raúl Bernal-Meza (2005) sustenta que, a busca pela construção de um *pensamento* próprio latino-americano inicia com o confronto “européismo-americanismo” que configura um debate acerca da “forma de conceber a identidade latino-americana e construir a história sobre perspectivas regionais” (BERNAL-MEZA, 2005, p.31). Nesse sentido, destaca-se José R. Rodó e sua obra *Ariel*, principal símbolo do onda identitária culturalista que perdura até o final da década de 1920. Após a crise de 1929, o enfoque identitário passa de uma reivindicação centrada no aspecto social e cultural para o aspecto econômico. Víctor Raúl Haya de la Torre aparece como principal expoente desse enfoque. O autor peruano apontava

“a unidade latino-americana como instrumento, dirigido a dois objetivos: a defesa da economia e a luta contra o imperialismo” (BERNAL-MEZA, 2005, p. 34). As formulações de Haya de la Torre tiveram grande influência nas teorias da dependência, uma vez que, o autor demonstra as ligações existentes entre as elites dos países latino-americanos e o imperialismo estadunidense. Segundo Haya de la Torre “os destinos dos povos latino-americanos como uma luta contra os exploradores externos e internos, sendo esta uma causa internacional” (BERNAL-MEZA, 2005, p. 35). É importante ressaltar o caráter de crítica à realidade da região elaborada por esses autores, que reforçam a luta contra o imperialismo e enaltecem a necessidade de construção de uma identidade própria latino-americana. Os escritos de José Carlos Mariátegui, Diego Portales, Andrés Bello, Felipe Herrera, Hernán Santa Cruz, também são apresentados por Bernal-Meza como importantes referenciais às posteriores teorias de RI construídas na região. Não obstante, temas comuns ao marxismo, socialismo e indigenismo - como o combate à exploração, defesa das camadas mais pobres da população, proteção dos recursos naturais e o papel central do Estado nessas ações - têm forte influência nas formulações latino-americanas ao longo do tempo. Assim, se constituem algumas das preocupações recorrentes no pensamento da região, tais como, a

1) reivindicação e defesa do americano, do latino, do indígena, do próprio; 2) a valorização do cultural, do artístico e o humanista em detrimento do tecnológico; 3) o não intervencionismo dos países mais desenvolvidos na América Latina, a reivindicação da “independência” e da “libertação”; 4) acentuação da justiça, da igualdade, da liberdade; 5) a reivindicação de uma maneira peculiar de ser, distinta da dos países mais desenvolvidos, na cultura e tempo próprios; 6) ênfase no encontro consigo mesmo, com o país, com o continente (DEVÉS-VALDÉS, 2000, p.18 Apud BERNAL-MEZA, 2005, p.45).

3.1.2 Teoria de Prebisch

O economista argentino Raúl Prebisch é um dos primeiros nomes que vem à mente quando falamos em produção teórica latino-americana. Suas formulações, centradas na reflexão sobre o desenvolvimento econômico na periferia, tiveram grande impacto no meio acadêmico, na condução das políticas externas da região e na maneira como se pensaria a América Latina no mundo desde então. A teorização de Prebisch constitui-se como a primeira elaboração própria em relações internacionais da América Latina, a qual estabelece, deste modo, a origem do estruturalismo latino-americano. Antes de suas contribuições, dominavam, nos estudos internacionais na região, explicações monocausais como o direito internacional e

as “histórias diplomáticas” (BERNAL-MEZA, 2005). A explicação de Prebisch sobre o funcionamento da economia mundial a partir das relações entre um Centro e uma Periferia, traz o desenvolvimento econômico como uma unidade de análise nas RI, e marca o início de uma abordagem sistêmica do tema nos estudos econômicos internacionais (RUIZ, 2012). Os estudos de Prebisch estão intimamente relacionados com a criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe⁵² (CEPAL), uma vez que, seus escritos foram referência fundamental para sua constituição. O autor ingressa na Comissão um ano após sua criação, em 1949, sendo seu segundo diretor-executivo e um dos seus principais mentores (DIAS, 2012).

A partir da economia política, Raúl Prebisch demonstra que a distribuição desigual dos frutos da Divisão Internacional do Trabalho - resultado da deterioração dos termos de troca entre bens manufaturados e bens industrializados - faz com que os benefícios do progresso técnico permaneçam em sua gigantesca maioria nos países do Centro. Essa estrutura tende a manter a economia da periferia subdesenvolvida ao passo em que fortalece as economias do Centro. Ou seja,

Prebisch parte de uma análise da estrutura do sistema internacional, cujo núcleo interpretativo era o modelo centro-periferia. O argumento estrutural salienta a interação destes dois componentes do sistema internacional (o centro e a periferia) ao longo da história. A base dessa dicotomia foi a difusão do progresso técnico. O centro incluía os países desenvolvidos produtores de manufaturas, que aproveitavam os frutos de progresso técnico na forma de maiores ingressos para sua população, em vez de transferi-los aos países da periferia mediante preços mais baixos de suas exportações. A periferia era formada pelos países exportadores de produtos tradicionais que não percebiam o fruto do progresso técnico, mas o transmitiam aos países do centro mediante preços mais baixos de suas matérias-primas (RUIZ, 2012, p. 195).

Sendo assim, o modelo Centro-Periferia apresenta uma reflexão “sobre a configuração histórico-estrutural do sistema mundial e o papel que o desenvolvimento econômico tinha ocupado na formação do poder internacional no mundo moderno; da sua

⁵² “A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais da ONU, que tem como mandato o estudo e a promoção de políticas para o desenvolvimento de sua região, especialmente estimulando a cooperação entre os seus países e o resto do mundo, funcionando como um centro de excelência de altos estudos. Os países requerem um organismo com a capacidade de compilar informação, analisá-la e fazer recomendações. Desde 1948 a CEPAL contribui para o debate da economia e da sociedade latino-americana e caribenha, apresentando alertas, ideias e propostas de políticas públicas” (ONU- BRASIL, 2016).

estratificação e difusão, através de um complexo sistema de relações mundiais” (BERNAL-MEZA, 2005, p.84).

Preocupado com a ação, Prebish aponta alternativas para a superação da condição de subdesenvolvimento da América Latina. Isso se daria por meio da promoção da industrialização (através da proteção à indústria nascente e mudanças na política tarifária), da integração regional, e da busca, através da diplomacia e das relações econômicas mundiais, da transformação do sistema internacional (BERNAL-MEZA, 2005, p.81). É notório que, além da análise econômica do sistema internacional, Prebish também chama atenção para a sua dimensão política ao ressaltar a assimetria que caracteriza a economia mundial. Transformando, assim, o desenvolvimento da periferia em um tema da ação política internacional. Deste modo, para além da interpretação da economia mundial através da divisão centro - periferia, a teoria de Prebish constitui uma maneira de compreender as relações internacionais (RUIZ, 2012).

Segundo Bernal-Meza, o *pensamento*/teoria Prebish-Cepal pode ser compreendido através de quatro níveis de análise: 1) Nível de teoria sistêmica; 2) Nível de diagnóstico estrutural; 3) nível de crítica ao pensamento econômico convencional dominante; e 4) nível de prescrição sobre políticas econômicas para o desenvolvimento.

Tabela 3 – Níveis da Teoria de Prebish

Níveis	Características
1. Teoria Sistêmica	Nível mais abstrato da teoria, em que o autor busca interpretar e explicar o capitalismo contemporâneo. Formula uma teoria do sistema histórico do capitalismo ou “uma teoria global do desenvolvimento”. Em sua análise sistêmica, portanto, reflete sobre a desigualdade do sistema internacional e a necessidade de superá-la. Assim, nesse nível também podemos encontrar o núcleo de uma “teoria normativa” em que o autor propõe estratégias para transformação do sistema mundial.
2. Diagnóstico Estrutural	Nesse nível o autor defende que o desenvolvimento em países periféricos enfrenta dois obstáculos principais: um interno e outro externo. O obstáculo interno diz respeito ao aspecto distributivo do sistema econômico (altos níveis de desigualdade), a estrutura social (desemprego, violência) e insuficiência econômica da periferia (devido ao baixo nível de crescimento em diversos setores). Já o obstáculo externo é com relação às disparidades entre o ritmo da economia interna e as demandas internacionais.

3. Crítica ao pensamento econômico dominante	Utilizando o conceito do “excedente econômico” Prebish demonstra como a desigualdade internacional é um fenômeno estrutural, que advém da apropriação pelo Centro do excedente - parte da produção que não vai para a periferia. Estabelece uma crítica às teorias tradicionais da ciência econômica (teoria neoclássica e monetarista) e propõe a transformação do capitalismo periférico (destacando a importância da atuação do Estado nesse processo).
4. Prescrição de políticas públicas para o desenvolvimento	Esse nível corresponde às ações propostas por Prebish para a superação do subdesenvolvimento. O autor sugere três etapas para isso: 1) Políticas de industrialização através da substituição de importações; 2) a vinculação dessa substituição com a promoção da exportação de manufaturados; e 3) a integração dos países latino-americanos por meio da criação de um mercado comum.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Bernal-Meza (2005, p.84-91).

O tema do desenvolvimento econômico na periferia apresenta, deste modo, “implicações normativas ligadas a questões de justiça internacional, distribuição de recursos entre os Estados ou pobreza, que se achava que não eram do âmbito das Relações Internacionais” (RUIZ, 2012, p. 180). O caráter normativo da formulação de Prebish configura, assim, um dos empecilhos à sua aceitação nas Relações Internacionais como teoria, devido ao domínio de uma visão fundada em bases positivistas na disciplina, que prega o distanciamento de prescrições de comportamento.

3.1.3 Teoria do Desenvolvimento

A Teoria do Desenvolvimento é elaborada por Celso Furtado no final dos anos 1960 e constitui, segundo Bernal-Meza, a segunda formulação em RI da região. Sua teoria, centrada na história, constitui uma nova abordagem acerca da inserção da América Latina no sistema internacional, válida à disciplina de RI. A partir de uma análise das estruturas de poder e do sistema social mundiais, Furtado interpreta o desenvolvimento como um processo global, sistêmico (BERNAL-MEZA, 2005).

A ideia central da teoria é que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são duas faces de um mesmo processo, o capitalismo mundial. Nesse processo, a difusão e controle da tecnologia moderna por um pequeno grupo de países (aqueles que incorporaram a Revolução Industrial em sua primeira fase) tem grande impacto nas demais sociedades, as quais não tem condições de atingir o mesmo nível de desenvolvimento e tornam-se dependentes. Isso ocorre porque os países periféricos não tem como reproduzir o contexto histórico que levou os países

do centro a se desenvolverem economicamente. Assim, a relação de dependência que se cria a partir dessa relação tende a se perpetuar ao longo do tempo. Deste modo, o subdesenvolvimento não pode ser considerado como uma etapa que ao ser superada levaria ao desenvolvimento, pois ambos são partes indissociáveis de um mesmo processo (BERNAL-MEZA, 2005). Assim sendo, Furtado entende “o subdesenvolvimento como uma criação do desenvolvimento” (FURTADO, 1961; 1973 Apud BERNAL-MEZA, 2005).

3.1.4 Teoria da Dependência

As teorias da Dependência têm como base para suas formulações a estrutura Centro-Periferia desenvolvida por Prebisch e também a noção do subdesenvolvimento como criação do desenvolvimento de Celso Furtado. No entanto, expandem essa interpretação incorporando análises sociológicas e políticas, além de redefinirem o conceito de dependência. São vários e distintos os enfoques que compõem o grupo, entre as principais autoras (es) estão: Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto, Theotônio dos Santos, Maria da Conceição Tavares, Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra. Essas formulações tiveram grande impacto na academia latino-americana nos anos 1960 e 1970 e proporcionaram “as bases para repensar as relações internacionais latino-americanas, devido à atenção atribuída a questões referentes ao Estado, o desenvolvimento nacional e a soberania, entre outras”⁵³ (TICKNER, 2012, p. 167).

O objetivo principal do grupo é demonstrar que a condição de dependência implicava fatores externos (exploração socioeconômica) e internos (alianças de grupos de interesse domésticos com economias externas). Ou seja, a dependência não se caracterizava puramente pelas relações de dominação econômica dos países do centro com a periferia, existem grupos de interesse internos que afetam essa dinâmica. Por isso, além da análise da estrutura centro-periferia era necessário entender “a vinculação entre as condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, da qual surgia a verdadeira natureza - interna e externa - da dependência” (BERNAL-MEZA, 2005, p. 100). As teorizações dependentistas buscam, portanto, mostrar “como se dá esta relação e que implicações derivam da forma de combinação que se estabelece entre economia, sociedade e política em momentos históricos e situações estruturais distintos” (CARDOSO;FALLETO, 1970, p.7).

⁵³ No original: “*las bases para repensar las relaciones internacionales latinoamericanas, dadas las luces que arroja sobre problemas como el estado, el desarrollo nacional y la soberanía, entre otros*” (TICKNER, 2012, p. 167).

As teorias da dependência e seus múltiplos enfoques representam também uma resposta ao etnocentrismo da teoria da modernização, a qual argumentava que os países periféricos deveriam seguir os passos dos países do centro para alcançarem o desenvolvimento e a modernização, superando assim, sua condição de “sociedades atrasadas”. Diferentemente da perspectiva Cepalina, que sob influência da teoria da modernização, formula uma proposta gradual e uniforme para o desenvolvimento na região, os enfoques da dependência estabelecem forte crítica a essa teoria. Demonstram que a condição de dependência da periferia era uma necessidade do sistema capitalista, uma vez que, subdesenvolvimento e desenvolvimento são duas faces de um mesmo processo. Ou seja, a dependência não permanece estática, mas muda ao longo do tempo, em decorrência da evolução do capitalismo mundial (TICKNER, 2012). Sendo assim, grande parte dos dependentistas não visualizam outra possibilidade de romper com essa dependência estrutural a não ser pela via revolucionária.

As teorias da dependência tiveram grande impacto não apenas na América Latina, as formulações do grupo repercutiram também nos demais países periféricos e na academia ocidental. Deste modo, essa teoria latino-americana passa a influenciar as ciências sociais ocidentais e também outras teorias, como a teoria feminista e as abordagens pós-coloniais. Nas palavras de Arlene Tickner:

pela primeira vez na evolução das ciências sociais ocidentais começaram a analisar o problema da pobreza, um dos maiores dilemas éticos da humanidade, a partir de um marco normativo que condenava e buscava solucionar essa questão. As teorias feministas, por sua vez, nutriram-se de algumas ideias da dependência, incluindo a existência de estruturas de violência propagadas pelo capitalismo, que impediam satisfação das necessidades básicas de alguns setores da população mundial, e introduziram a esse quadro analítico a questão de gênero como outra condição de exclusão e discriminação na sociedade (TICKNER, 2012, p.167-168).⁵⁴

Nas Relações Internacionais, os enfoques dependentistas constituem uma abordagem original acerca da estrutura do sistema internacional. Ao relatarem que a condição de dependência se mistura com a própria história do sistema capitalista e seus diferentes aspectos

⁵⁴ No original: “*por primera vez en la evolución de las ciencias sociales occidentales se empezó a analizar el problema de la pobreza, uno de los dilemas éticos más grandes de la humanidad, desde un marco normativo que buscaba condenar y solucionar dicha situación. Las teorías feministas, por su parte, se nutrieron de algunas ideas de la dependencia, entre ellas la existencia de estructuras de violencia propagadas por el capitalismo que obstaculizaban la satisfacción de necesidades básicas de algunos sectores de la población mundial, y introdujeron a estos marcos de análisis el factor de género como otra condición más de exclusión y discriminación en la sociedad*” (TICKNER, 2012, p.167-168).

ao longo do tempo, constituem também um complemento desde a periferia para as teorias do imperialismo (BERNAL-MEZA, 2005) e para a própria disciplina de RI.

3.1.5 Neoestruturalismo

A abordagem neoestruturalista desenvolvida na década de 1990 reformula as teses cepalinas incorporando reflexões acerca das mudanças que estavam ocorrendo em nível internacional, como o avanço do neoliberalismo e as novas roupagens do capitalismo contemporâneo. Sua principal crítica é direcionada às interpretações neoliberais sobre a globalização, conhecidas como “pensamento único” (BERNAL-MEZA; 2005; JULIÃO, 2009). Os principais aportes desse enfoque, também caracterizado como regionalismo aberto ou novo regionalismo latino-americano, são desenvolvidos por Luciano Tomassini, Aldo Ferrer, Osvaldo Sunkel, Mario Rapoport e Raúl Bernal-Meza. Esses autores buscam “reescrever o pensamento sobre política internacional, a partir de uma interpretação do processo histórico que deu origem a atual etapa de globalização” (BERNAL-MEZA, 2005, p.164).

A formulação de Aldo Ferrer sustenta que a globalização pode ser entendida através de etapas (ordens econômicas mundiais). A primeira ordem seria a de globalização do comércio (1500-1800) e a segunda ordem, da globalização financeira, caracterizada pela Revolução Industrial e o domínio britânico. Nesta última ordem é que se estabelece a estrutura centro-periferia. Para o autor, o desenvolvimento econômico e político é definido a partir da interação dos Estados com as ordens econômicas. Ou seja,

Está determinado pela forma como estes criam, reproduzem e combinam suas capacidades de poder tangíveis (recursos humanos e naturais) e intangíveis (poupança, acumulação de capital, tecnologia, conhecimento, etc) e os vinculam com seu contexto externo, ou seja, articulam seu contexto interno com o contexto internacional. Na medida em que resolvem positivamente a vinculação entre ambas esferas, conseguem resolver o dilema da inserção internacional, ou seja, “o desenvolvimento” (BERNAL-MEZA, 2005, p.165).

Luciano Tomassini, também preocupado com o tema da globalização, inicia sua argumentação através da crítica às teorias realista e neorrealista das RI. O autor propõe uma visão pós-moderna das relações internacionais que superasse as limitações das teorias tradicionais da disciplina. Assim, destaca que, 1) o sistema internacional não é resultado apenas da interação dos Estados, mas o resultado da interação de distintas forças que criam as

condições necessárias para a própria existência e ação dos primeiros; 2) questiona a ideia de que a teoria se sobrepõe à prática, ressaltando a necessidade da interação entre ambas, o que 3) permite uma visão mais apurada da dinâmica internacional, por meio da inclusão de fatores que expandem as fronteiras traçadas pelas teorias *mainstream* de divisão entre o interno e o internacional; 4) é preciso fazer dos processos de mudança do SI elementos centrais à análise desse; e, por fim 5) refuta a ideia de que é necessário a presença de uma unidade hegemônica global para a garantia de funcionamento do SI (TOMASSINI, 1990, p.315-316; BERNAL-MEZA, 2005).

Mario Rapoport empenha-se em compreender os significados da globalização. O autor identifica a globalização como um processo relacionado com os ciclos econômicos e suas características comerciais e financeiras. Por meio de um extenso estudo acerca da inserção internacional da Argentina, Rapoport entende que a globalização já é verificada a mais de um século, e, portanto “não representa nenhuma novidade como tendência que elimina as fronteiras nacionais e conecta o mundo em uma rede de comércio e investimentos” (RAPOPORT, 2000, p.866; BERNAL-MEZA, 2005). As formulações de Rapoport possibilitam a compreensão do funcionamento do sistema internacional através da interação entre aspectos culturais, sociais e políticos em nível nacional e internacional (BERNAL-MEZA, 2005).

Oswaldo Sunkel, a partir de uma análise centrada no enfoque histórico e sociocultural, chama atenção para a necessidade de analisar a ação dos agentes com base no contexto histórico no qual estão inseridos. Por isso, segundo o autor, as políticas de desenvolvimento devem ser formuladas a partir de um estudo dos aspectos institucionais e estruturais de cada sociedade. Sunkel ressalta em suas formulações, que a crescente expansão do neoliberalismo na região desde os anos 70 provocou mudanças nas estruturas sociais e na economia dos países latino-americanos, resultando no aprofundamento da desigualdade e da crise na região (BERNAL-MEZA, 2005).

O aporte neoestruturalista de Bernal-Meza possui três direcionamentos: 1) a redefinição do conceito de ordem mundial a partir das transições iniciadas com o fim da Guerra Fria; 2) o entendimento da evolução da economia mundial por meio do desenvolvimento contemporâneo do capitalismo (“globalização”/mundialização” e “regionalização”); e 3) a compreensão da política exterior a partir do entendimento de situações anteriores. A partir de uma análise histórica da construção do sistema internacional, o autor argumenta que a ordem pós-guerra fria é caracterizada pela globalização. Nesse cenário, o neoliberalismo era a ideologia que a conduzia e o capitalismo a ordem dominante.

Deste modo, em um cenário de êxito do capitalismo mundial sob aqueles que o contestavam, a globalização representa o oposto da bipolaridade, pois se caracterizava pela 1) aliança ideológica em âmbitos político e econômico as diretrizes do capitalismo; 2) aliança estratégico-militar com os EUA; e 3) a capacidade do sistema capitalista de superar suas crises cíclicas. Um dos pontos centrais à formulação de Bernal-Meza se refere, portanto, a distinção entre mundialização e globalização. A primeira se refere ao processo de expansão constante do capitalismo, enquanto a segunda se refere ao instrumento ideológico que acompanha este processo (processo + ideologia) (BERNAL-MEZA, 2005).

3.1.6 Enfoques da Autonomia

A autonomia passa a ser tema central das formulações latino-americanas em relações internacionais na década de 70. Tendo em vista a necessidade de romper com o determinismo dos enfoques dependentistas e “reduzir os níveis existentes de dependência intelectual, política e econômica”⁵⁵ (TICKNER, 2012, p. 168), autoras (es) como Hélio Jaguaribe, Carlos Puig, Guillermo O’Donnell e Delfina Link, Roberto Russell e Juan Gabriel Tokatlián - as (os) principais autoras (es) que discorrem sobre o tema - constituem contribuições originais às teorias de RI e tem como foco principal a dicotomia autonomia-dependência. Para essas (es) autoras (es),

A autonomia não é vista apenas como fator indispensável para o desenvolvimento econômico, algo que a dependência já havia enfatizado, mas o conceito também começou a vincular-se com a política externa da região. De fora para dentro, a autonomia começou a ser considerada como um mecanismo regional para a proteção contra os efeitos mais negativos da dependência. E de dentro para fora, era vista como um instrumento para fazer valer os interesses regionais no sistema internacional (TICKNER, 2012, p. 168).⁵⁶

A abordagem de O’Donnell e Link apresenta forte conteúdo normativo. A autora e o autor acreditam que a superação da condição de dependência se daria por meio da união entre os países periféricos em oposição ao centro. Sendo assim, os processos de integração

⁵⁵ No original: “*de reducir los niveles existentes de dependencia intelectual, política y económica*” (TICKNER, 2012, p. 168).

⁵⁶ No original: “*La autonomía no solo se veía como factor indispensable para el desarrollo económico, algo que la dependencia ya había recalado, sino que el concepto también empezó a vincularse con la política exterior de la región. De afuera para adentro, la autonomía se empezó a considerar como un mecanismo regional para salvaguardar contra los efectos más negativos de la dependencia. Y de adentro hacia fuera, ésta se vio como un instrumento para afirmar los intereses regionales en el sistema internacional*” (TICKNER, 2012, p. 168).

econômica e de cooperação política seriam de extrema importância para alcançar a autonomia da região. Os escritos de O'Donnell e Link influenciam as premissas posteriores de Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig.

A interpretação de Hélio Jaguaribe sobre a autonomia e a dependência se realiza com base na explicação de dois conceitos cunhados pelo autor: “hegemonia cêntrica” e “autonomia periférica”. Seu estudo caracteriza-se pelo enfoque multidimensional direcionado à compreensão do desenvolvimento político da América Latina e com o objetivo de encontrar maneiras de superar a condição de dependência da região. A partir da análise do sistema internacional Pós-Guerra Fria, o qual denomina de “sistema anteimperial”, Jaguaribe identifica quatro níveis de autodeterminação dos países nesse contexto. Estes são, em ordem decrescente: 1) Hegemonia mundial (EUA); 2) Hegemonia regional (URSS); 3) Autonomia (os países com alto nível de desenvolvimento) e, 4) Dependência (países do Terceiro Mundo)⁵⁷. A hegemonia cêntrica, deste modo, corresponde às duas primeiras posições. Quanto à autonomia, esta pode ser de dois tipos: relacional ou setorial. A “autonomia relacional” é restrita a uma região, e a “autonomia setorial” resulta de uma posição autônoma adquirida por um país, devido a vantagens comparativas no sistema econômico mundial. Sendo assim, a autonomia é entendida como sendo um objetivo da política internacional dos países periféricos. E está relacionada, por sua vez, com a “viabilidade nacional” e a “permissibilidade internacional, ou seja, com as capacidades interna dos Estados e as condições sistêmicas. Deste modo, quanto maior o grau de desenvolvimento maior a autonomia no sistema internacional (JAGUARIBE; 1979;BERNAL-MEZA, 2005; JULIÃO, 2011). É interessante ressaltar também, a crítica do autor ao sistema centro-periferia, no qual aponta as consequências dessa assimetria:

ao perpetuar formas desiguais de relacionamento entre o centro e a periferia, e dentro dessas, especialmente em relação com as grandes massas exploradas, na tentativa de construir sociedades mais livres e igualitárias no centro, o sistema sofre a retroalimentação dos efeitos negativos sobre seus valores éticos e ideológicos, dessas relações de exploração, que o mesmo gera, e, sob as quais se sustenta (JAGUARIBE, 1979, p. 130).

Juan Carlos Puig tem como principal questão “a liberação das cadeias da dependência”. Através de uma continuação da formulação de Jaguaribe, Puig destaca que a autonomia possui dois elementos centrais: 1) a prática autonomista (como os tomadores de

⁵⁷ Essa estratificação sofre alterações ao longo do tempo.

decisão dos Estados interpretam a realidade internacional e posicionam-se quanto ao objetivo de atingir a autonomia) e 2) a relação entre viabilidade, autonomia e integração. Deste modo, o autor destaca que a passagem da condição de dependência para a de autonomia ocorre na medida em que os países alcançam maior viabilidade nacional. Esse processo pressupõe três estágios: 1) dependência para-colonial; 2) dependência nacional e 3) autonomia heterodoxa. O quarto e último estágio seria o da autonomia secessionista. Para alcançar este último, Puig destaca a importância da integração regional latino-americana. Podemos perceber que, tanto Jaguaribe como Puig escrevem sob grande influência dos enfoques da dependência. Os dois autores teorizam a partir do modelo centro-periferia, analisam as dinâmicas internas e externas, e também os impactos do imperialismo na região. Compõem, portanto, o pensamento estruturalista latino-americano (BERNAL-MEZA, 2005). Roberto Russel e Juan G. Tokatlián propõem uma ressignificação do conceito de autonomia que se adapte ao novo contexto mundial (Pós-Guerra Fria e globalização contemporânea) e regional (Cone Sul - integração e democratização). Utilizam o conceito de “autonomia relacional” para designá-la como condição e como interesse nacional objetivo. A autonomia relacional como condição “se refere à capacidade e disposição de um país para atuar independentemente e em cooperação com outros, de forma competente, comprometida e responsável”⁵⁸ (RUSSEL; TOKÁTLIAN, 2002, p.179). E como interesse nacional objetivo (preservação e ampliação dos níveis de liberdade) a autonomia relacional se sustenta em uma estrutura, na qual “práticas, instituições, ideias e identidades se definem e se desenvolvem dentro de um marco de relações em que “o outro”, em vez de oposto, começa a ser parte integral do que se é”⁵⁹ (RUSSEL; TOKATLIÁN, 2002, p.179). Deste modo, a autonomia relacional se estabelece por meio da capacidade de participação e influência dos Estados nos assuntos globais e, também, como a melhor estratégia para a superação das assimetrias nesse cenário (BERNAL-MEZA, 2005; RUSSEL; TOKATLIÁN, 2002).

O argentino Carlos Escudé compreende a autonomia de maneira distinta dos anteriores. Escudé critica a definição feita por Jaguaribe e Puig que tratam a autonomia como um objetivo a ser conquistado. Para o autor, os Estados possuem autonomia praticamente desde que se constituem como Estados soberanos. Sendo assim, a construção e consolidação da autonomia ocorre a partir do desenvolvimento interno de cada Estado e na medida em que

⁵⁸ No original: “*se refiere a la capacidad y disposición de un país para actuar independientemente y en cooperación con otros, en forma competente, comprometida y responsable*” (RUSSEL; TOKLÁKIAN, 2002, p.179).

⁵⁹ No original: “*prácticas, instituciones, ideas e identidades se definen y desarrollan dentro de un marco de relaciones en que “el “otro”, en vez de opuesto, comienza a ser parte integral de lo que uno es*” (RUSSEL E TOKATLIÁN, 2002, p.179).

este opta pelo alinhamento com as potências hegemônicas. O confronto com essas, teria, portanto, o efeito contrário (BERNAL-MEZA, 2005). Em síntese, Escudé sustenta que, os países periféricos “têm que aceitar o caráter hierárquico do sistema internacional liderado pelas grandes potências, assim como a maioria dos Estados avançados economicamente, mas com fraco poder militar fazem, se querem desenvolver seus sistemas político e econômico” (ESCUDE, 1998, p.55).

3.2 TEORIA E PENSAMENTO

A partir desse panorama podemos refletir acerca da percepção latino-americana sobre o papel da teoria. Alguns autores, em especial Amado Cerro, têm questionado a validade das teorias de Relações Internacionais para análises da região, uma vez que são produtos do ocidente e tem pretensões universais. Segundo o autor, devemos abandonar as teorias e nos dedicarmos a criação de conceitos com aplicabilidade regional ou nacional (CERVO, 2008). Existem também os que pregam a adesão aos modelos já consolidados na disciplina e também os que ressaltam a necessidade de investirmos em construções teóricas próprias a partir da região (DEVÉS-VALDÉZ, 2013). Outro problema do processo de teorizar em RI na região é a falta de diálogo com o que se produz em outras regiões periféricas. Essa configuração afeta a dinâmica de troca de conhecimento no Sul e acaba por reforçar as obras ocidentais como as principais referências (BARRASUOL, 2010, DEVÉS-VALDÉZ, 2013).

Durante o processo de análise da teorização em relações internacionais na América Latina nos deparamos primeiramente com a questão acerca da existência ou não de teorias autóctones na região. Podemos perceber, a partir do que foi exposto acima, que sim se constrói teoria aqui e que estas são válidas às Relações Internacionais. Mas, devido às inúmeras relações de poder que envolvem a produção e difusão do conhecimento na disciplina, o que se constrói na periferia permanece, na grande maioria das vezes, silenciado. Porém, muitos são os que não acreditam nesta hipótese, e que denominam o que é produzido na periferia como inferior às teorias ocidentais. Essa visão deriva da estrutura centro-periferia da produção intelectual na qual criou-se “um circuito fechado que aprisionava a reflexão dotada de sistematicidade, originalidade e profundidade nos limites dos países “cênicos”, excluindo a possibilidade de sua existência na periferia” (LYNCH, p.737). Deste modo, as teorias ocidentais são reconhecidas como “coerentes, abrangentes e abstratas” e com validade universal, enquanto as construções da periferia (“pensamento”) são caracterizadas como “fragmentárias, contingentes ou assistemáticas” e com alcance nacional, não sendo dotadas,

portanto, da mesma precisão científica (LYNCH, 2013, p.733). Essa percepção que ilegítima a teorização na periferia se dissemina na América Latina a partir da interiorização pelas elites locais hispanoamericanas desse “colonialismo intelectual” (BALLESTRIN, 2014, p.3) expresso da ideia de “pensamento”. Ou seja,

Essa percepção secular, por parte das elites ibero-americanas, de se acharem excluídas de um “centro” do mundo, mais importante e superior, localizado no Atlântico Norte, repercutiu diretamente na definição de suas identidades nacionais depois da independência” (p.734) [...] Assim é que, nela [*periferia*], o emprego da palavra “pensamento” no lugar de “teoria”, para designar os seus produtos intelectuais, parece já embutir o reconhecimento da sua inferioridade. Havia implícita uma espécie de divisão do trabalho intelectual: os países cêntricos produziram a “teoria”, ou a “ciência”, ou a “filosofia”, ou seja, reflexões de alcance “universal”e, portanto, mais densas, mais abstratas, mais generalizantes, ao passo que os países periféricos produziram somente “pensamento”, reflexões de alcance puramente particular ou local, de caráter menos abrangente e contingente, orientado para a ação prática (LYNCH, 2013, p. 759).

Esse “complexo de vira-lata” no campo intelectual é refletido na visão dos latino-americanos sobre o papel da teoria e sua validade o que dificulta ainda mais sua emancipação intelectual. Por outro lado, a percepção da necessidade de transcender esse ‘colonialismo intelectual’ conduziu muitos autores latino-americanos à busca de uma identidade independente no campo da ciência durante o século XX. Como destaca Ballestrin: “não por acaso, a busca por uma identidade autônoma no âmbito do conhecimento e da ciência é uma marca saliente durante toda a construção do que veio a ser chamado de pensamento político, social ou econômico ao longo do século XX na América Latina” (BALLESTRIN, 2014, p. 4). A América Latina é palco de inúmeras reflexões sobre temas como colonialismo, racismo e escravidão além de questões referentes ao desenvolvimento, cooperação, autonomia, entre outros, e merece ter suas formulações reconhecidas (BALLESTRIN, 2014; QUIJANO, 2005; CARDOSO; FALLETO, 1975)

Cabe, portanto, às pesquisadoras (es) latino-americanas (os) voltarem seus esforços para o desmatelamento dessa estrutura limitadora, elucidando e nomeando como teoria aquelas construções muitas vezes designadas como pensamento. Esse é um dos principais objetivos que conduzem os esforços desta pesquisa no campo das RI, mesmo que estes sejam pequenos, abrem espaço para novas reflexões sobre esse assunto tão essencial a qualquer área do conhecimento.

4 AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

Este capítulo tem três objetivos principais: compreender o desenvolvimento da disciplina de RI no Brasil, apresentar as construções teóricas brasileiras até os anos 2000 com base nas bibliografias desenvolvidas sobre esse tema, e analisar as teorizações brasileiras em RI da atualidade com base nas teses de doutorado da UFRGS e da PUC-RJ. Sendo assim, a primeira seção intitulada *Institucionalização da disciplina* demonstra como ocorre o desenvolvimento das Relações Internacionais no Brasil, atentando para as principais organizações e instituições que contribuem para esse processo. A segunda seção intitulada *Teorizações brasileiras em RI (até os anos 2000)* apresenta as diversas formulações de teóricas (os) brasileiras (os) às RI, ressaltando a centralidade do Tema da Economia Política Internacional. A terceira seção intitulada *As teorizações brasileiras na atualidade* apresenta a pesquisa feita com as teses de doutorado da UFRGS e da PUC-RJ com o intuito de compreender o que é construído de TRI no Brasil.

4.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCIPLINA

Como abordado no capítulo um, as Relações Internacionais surgem, como disciplina, no século XX devido às consequências da primeira Grande Guerra e a necessidade de se pensar maneiras para evitar novos conflitos. O fenômeno da guerra aparece, deste modo, como tema central e constitutivo da própria disciplina em termos acadêmicos (SANTOS; FONSECA, 2009). Mais especificamente, se reconhece como marco da institucionalização das Relações Internacionais a criação, em 1919, da matéria de Política Internacional, na Universidade de Gales, no Reino Unido. Duas outras instituições surgem em seguida, em Londres, abarcando a preocupação com as relações internacionais, a *Royal Institute of International Affairs e a London School of Economics* (VIGGEVANI et al, 2014). É, portanto, uma disciplina definida no mundo anglo-saxão, que se articula a partir da noção de Estados Soberanos e Anarquia no Sistema Internacional. No entanto, essa constante referência à Universidade de Gales como ponto de início das Relações Internacionais constrói-se como “um dos mitos fundadores da disciplina, cujo aparecimento é certamente mais complexo, e suas interconexões com vários campos de conhecimento, mas particularmente com a Economia, o Direito Internacional, a Ciência Política e a História” (SANTOS; FONSECA, 2009, p. 354).

A partir de 1945, especialmente, o desenvolvimento dos estudos na área têm sido feitos, majoritariamente nos Estados Unidos. A ascensão de poder do país esteve fortemente calcada em sua projeção no cenário internacional. Deste modo, “questões da política externa estadunidense estiveram no topo da agenda das Relações Internacionais, e os debates centrais da disciplina, tenderam a refletir aqueles dentro da própria comunidade acadêmica de RI do país” (HOLLIS;SMITH, 1990, p.17). Sendo assim, “é nos Estados Unidos que a disciplina se expande e onde se estabelece o paradigma hegemônico” (SANTOS;FONSECA, 2009, p.354). A Grã-Bretanha e Austrália, além de outros locais na Europa, como a Alemanha e França, constituem outros centros de concentração dos estudos em RI. Porém, a disciplina se estrutura de maneira distinta em cada um deles.

Ao contrário da tradição norte-americana, em que o estudo de relações internacionais está fortemente vinculado ao campo da ciência política, no caso inglês, observa-se o desenvolvimento de uma disciplina à parte. Enquanto a British International Studies Association (BISA) é o único fórum de especialistas em relações internacionais na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos duas associações congregam esses mesmos especialistas: a International Studies Association (ISA) e a American Political Science Association (APSA). Nos Estados Unidos, a distinção entre o campo de relações internacionais e o da ciência política tem se delineado mais claramente nos últimos dez anos, tendo a ISA se tornado o fórum privilegiado de encontro dos especialistas em relações internacionais. Na Alemanha e na Escandinávia, contribuições importantes para o campo de estudos sobre a paz e para a incorporação de teóricos críticos às análises de relações internacionais podem ser observadas. Na França, por outro lado, a investigação sobre a história internacional é dominante e o diálogo com a comunidade de especialistas anglosaxônica é rarefeito (HERZ, 2002, p. 9-10).

No Brasil, as Relações Internacionais como disciplina foi institucionalizada recentemente, tendo seu primeiro curso de graduação construído na Universidade de Brasília, em 1974. É válido ressaltar, que esse surgimento não adveio de um planejamento, mas sim de “uma espécie de coincidência, de convergência de talentos que não sonhavam em criar as Relações Internacionais no Brasil”, como aponta José Flávio Sombra Saraiva (2014, p.5). Deste modo, por meio da junção de professoras (es) de distintas áreas sem um plano estabelecido, surgiu o primeiro curso de RI no Brasil. Anterior a sua institucionalização, no entanto, os assuntos internacionais já eram tema presente no país em formulações de políticos, militares e pesquisadores de distintas áreas do conhecimento. Tais formulações estão presentes, principalmente, nas publicações da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Centro de História de Documentação Diplomática (CHDD), onde encontram-se obras de Barão do Rio Branco, Rui Barbosa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Nabuco, Oswaldo Aranha, San Tiago Dantas, entre outras. Podemos perceber, assim, que “essa

produção e esses estudos encontram-se disseminados por várias áreas do conhecimento e apenas recentemente há uma tendência em concentrar-se no campo específico das relações internacionais” (VIZENTINI, 2005, p. 17).

No período de 1950 e 1960 importantes iniciativas contribuíram para estruturar as bases que levariam à futura criação e expansão da disciplina de RI no Brasil. Nesse sentido, destaca-se a fundação, em 1954, do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e a publicação a partir desse, da Revista Brasileira de Política Internacional, além da atuação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955, e da revista Política Externa Independente, que funcionou de 1965 a 1966 (VIGGEVANI et al, 2014, p.7). É o contexto da década de 1970, no entanto, que conduziu o desenvolvimento da disciplina de RI no Brasil. Nesse período, há maior necessidade de reflexão sobre as relações internacionais no país, uma vez que o cenário internacional caracterizava-se por tendência crescente à multipolaridade, e era substancial o delineamento de uma nova política externa que fosse capaz de projetar o país internacionalmente (HERZ, 2002). No plano interno, o Brasil enfrentava turbulências no setor econômico devido aos impactos do choque do petróleo de 1973, o que demandava também, a constituição de uma política externa mais dinâmica e objetiva, que pudesse contribuir para o desenvolvimento e ampliação da economia brasileira (LESSA, 2005, p. 34). Por conseguinte, a “maior parte da produção nacional na época trata da história e natureza da política externa e da inserção internacional do Brasil” (HERZ, 2002, p. 15-16). Nas décadas de 1970 e 1980 há o estabelecimento de várias instituições fundamentais para a consolidação da área no Brasil.

A criação do curso de graduação em relações internacionais na UnB, em 1974, do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais CEBRI, em 1978, do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio, em 1979, e, posteriormente, do seu Programa de Mestrado, em 1987, do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas e de seu Programa de Relações Internacionais, em 1980, do Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1980 (até 1994), do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP, em 1988, do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, em 1985, do Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP), em 1983, do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI), em 1987, fazem parte do processo de consolidação da área de relações internacionais no Brasil (HERZ, 2002, p. 20).

A expansão e consolidação da área no Brasil ocorre a partir dos anos 1990, quando observa-se um crescente interesse pelos temas internacionais, tanto na academia quanto em instituições governamentais e não governamentais, devido aos impactos da globalização. Esse fenômeno torna o mundo cada vez mais conectado, intensificando processos de

interdependência e transnacionalização, o que demanda aos Estados maiores capacidades de interpretação e inserção no ambiente internacional. Nesse sentido, temas até antes inexpressivos para a agenda nacional, tornam-se centrais, e isso reflete a necessidade de profissionais especializados na área (VIZENTINI, 2005). Deste modo, “o interesse pela relevância crescente do Brasil no cenário internacional, e especialmente, pelos desafios da sua inserção em um meio muito mais complexo e diversificado” (LESSA, 2005, p.2) propiciam uma “explosão” de cursos de RI no Brasil a partir de 1996 (MYAMOTO, 2003; SANTOS; FONSECA, 2009). É nesse período que ocorre um “adensamento do pensamento brasileiro de relações internacionais” através da evolução quantitativa e qualitativa no ensino e pesquisa em RI, que aprofundam o debate científico na área (LESSA, 2005; VIGGEVANI et al, 2014). Esse adensamento ocorre com maior intensidade nas universidades, mas também é perceptível em outros setores da sociedade, em órgãos como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), em organizações não governamentais, além da ação em entidades subnacionais como os municípios. A redemocratização do país também foi um fator central que possibilitou acesso a dados antes não permitidos, o que proporcionou incentivo maior à pesquisa (VIGGEVANI et al, 2014).

Nesse contexto de consolidação da área de RI no país, através de impressionante expansão - principalmente dos cursos de graduação, e em menor medida da pós-graduação - dois polos são centrais nesse processo: a Universidade de Brasília (UNB) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). A UNB foi autora da institucionalização do primeiro curso de RI no Brasil, em 1974. No ano de 1985 entra em funcionamento o programa de mestrado em Relações Internacionais na mesma universidade, e em 2002 tem início o doutorado. Já a PUC-RJ através da criação do Instituto de Relações Internacionais (IRI) em 1979 é, juntamente com a UNB, referência na criação e incentivo às pesquisas em RI no Brasil. Com foco na pós-graduação, o IRI inicia em 1987 o programa de mestrado em Relações Internacionais e implementa em 2001, de forma pioneira, o doutorado na mesma área (IRI-PUC-RJ, 2016). A partir do pioneirismo destas duas instituições há um aumento sem precedentes da expansão das Relações Internacionais no país. Enquanto em 2003 havia por volta de sessenta cursos de graduação em funcionamento, atualmente esse número salta para oitenta e quatro. Na pós-graduação, enquanto em 1980 existiam quatro programas (SANTOS; FONSECA, 2009), atualmente, são onze. Esses números são distribuídos de forma desigual entre as regiões brasileiras, sendo que, na região sudeste se concentra o maior número de graduações (43), seguida pela região sul (20). Com relação à pós-graduação, o

sudeste também lidera (10) seguido, nesse caso, seguido pela região nordeste (3). Podemos perceber também o domínio de universidades privadas com relação à graduação (61) e das universidades públicas com relação à pós-graduação (13), sendo que, a maioria também se concentra no sudeste (10)⁶⁰.

A criação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) em 2005 é um reflexo do crescente aumento de interesse pela área e da sua estruturação e consolidação, ainda que recente, no país. Internamente, a ABRI é símbolo da autonomia da disciplina, sendo que anterior a sua criação, os pesquisadores de RI vinculavam-se a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) ou a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Além disso, tem-se buscado maior aproximação com associações da área de Relações Internacionais de outros países. Deste modo, após o primeiro encontro da ABRI que se realizou em Brasília (2007), optou-se pela realização do segundo encontro concomitante ao evento da *International Studies Association* (ISA), uma das mais importantes instituições da área. Já em 2012, tem-se a criação da Federação Latino Americana de Estudos Internacionais (FLAEI), desenvolvida a partir de um evento promovido pela ABRI, que uniu em Brasília representantes das Associações de RI da Argentina, Colômbia, México e Chile (JATOBÁ, 2013a).

4.2 TEORIZAÇÕES BRASILEIRAS EM RI ATÉ OS ANOS 2000

Apesar de não serem incorporadas às discussões *mainstream* de Relações Internacionais, a periferia constrói teoria na área, e suas contribuições merecem maior atenção dentro da disciplina (BARASUOL, 2012). No que diz respeito ao Brasil, podemos observar esforços teóricos em temas diversos, porém as maiores contribuições para as teorias de Relações Internacionais se encontram na área de Economia Política Internacional (EPI) (HERZ, 2005; BARASUOL, 2012). Nesta subseção serão apresentadas contribuições brasileiras às Relações Internacionais construídas até o início dos anos 2000. Não será possível abarcar todas, mas acredita-se que este esforço é válido na medida em que elucida importantes elaborações que permanecem ocultas aos olhos da maioria dos estudantes de RI.

A institucionalização das RI no Brasil, como exposto acima, não ocorreu a partir da ciência política, mas através da contribuição intelectual e institucional de historiadores, economistas, políticos, militares, diplomatas, entre outros. Desse modo, os principais temas de reflexão nesse período foram referentes à política externa e inserção internacional do país e

⁶⁰ Dados obtidos a partir do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI, 2016).

constituem-se como trabalhos históricos, sendo quase inexpressivo o estudo sobre o Sistema Internacional (HERZ, 2002).

No final da década de 1960 o embaixador Araújo Castro, através do entendimento da relação entre as duas superpotências pelo conceito de “congelamento do poder mundial”, inaugura análises voltadas para o Sistema Internacional (HERZ, 2002). A “tendência de colaboração tácita entre as superpotências, com vistas a preservar sua posição privilegiada no sistema internacional, Castro daria o nome de “congelamento do poder mundial”(VARGAS, 2013, p. 175). A compreensão de Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Matos sobre a estrutura do Sistema Internacional também surge como contribuição brasileira às RI. Dialogando com obras de autores como Hans Morgenthau, os brasileiros possuem o espaço estratégico como elemento central de suas análises. Para Silva e Matos, “o determinismo geográfico distingue a visão sistêmica das prescrições políticas, estando estas sempre voltadas para a integração do território, para o fortalecimento das fronteiras e para a realização de um destino definido pela própria geografia” (HERZ, 2002, p.18).

Durante os anos 1970 e 80 surgem esforços para analisar a política externa por meio da incorporação de variáveis mais complexas, dentre as quais destaca-se o esforço teórico de Maria Regina Soares de Lima (HERZ, 2002). A autora propõe uma análise da política externa dos países periféricos a partir da abordagem da ação coletiva. Segundo Lima (1990, p. 27) “em função dos interesses emergentes desses países em diversas arenas internacionais e da configuração desequilibrada de seus recursos de poder tendem a exibir padrões de comportamento e estratégias externas distintas e não-uniformes”. Esses comportamentos são decorrentes dos constrangimentos domésticos e do suporte de incentivos e recursos de poder em determinadas áreas. Sendo assim, “cinco modalidades de comportamento são postuladas: ação unilateral, comportamento de “carona”, estratégia hegemônica, ação de liderança e comportamento defensivo ou reativo” (LIMA, 1990, P. 27). Destaca-se também o conceito de “países intermediários” e o de “potências regionais” formulados pela autora. O primeiro se refere aos países que possuem ora possuem capacidade para agir com autonomia, ora são dependentes (BERNAL-MEZA, 2005), se situando em uma linha intermediária entre a periferia e o centro. Já o conceito de “potências regionais” desenvolvido por Lima (2005) é direcionado a caracterização dos países pertencentes a grupos como o BRICS⁶¹ ou IBAS⁶². Segunda a autora, essa categoria apresenta “dois perfis internacionais particulares, a partir de

⁶¹ BRICS é um bloco econômico formado pelos países emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A sigla é referente às iniciais destes.

⁶² IBAS é um Fórum de diálogo intergovernamental formado por Índia, Brasil e África do Sul.

duas identidades internacionais distintas”, no âmbito político possuem pouco poder se comparados às potências centrais, mas com forte atuação em espaços multilaterais. E quanto à economia são considerados “países emergentes” (LIMA, 2005, p.1-2).

A construção teórica de Celso Lafer é baseada em dois entendimentos principais: o primeiro, se refere às mudanças na ordem internacional no período da Guerra Fria e no período posterior a esta, e o segundo diz respeito a compreensão da política externa brasileira a partir das identidades do país. Para o autor, com o fim da Guerra Fria, a ordem internacional passa de contexto caracterizado por “polaridades definidas” para outro de “polaridades indefinidas”. Assim, para entender essa mudança eram necessárias análises das relações entre os Estados a partir do nível estratégico-militar, do campo dos valores (semelhanças e diferenças nas maneiras de articular a vida em sociedade) e da economia. Quanto à política externa brasileira, Lafer reflete sobre suas mudanças e continuidades através do elemento das “identidades” do país. Segundo o autor, as especificidades do Brasil que o conferem uma identidade única são: sua dimensão continental; sua posição geográfica (América do Sul), que o manteve distante dos principais conflitos a nível internacional, a unidade linguística, a busca pelo desenvolvimento e a desigualdade social (LAFER, 2002; BERNAL-MEZA, 2005). Nesse mesmo sentido, autores como Hélio Jaguaribe e Celso Lafer voltam suas análises para a “estrutura de poder do sistema internacional [...] a partir de uma “visão do Sul”, em que a natureza oligárquica das relações de poder é enfatizada e as brechas possíveis nesse sistema são exploradas” (HERZ, 2002, p.18).

Nos anos 90 e anos 2000, podemos destacar os estudos de Gelson Fonseca sobre a Política Externa Brasileira a partir da utilização dos conceitos de “autonomia pela distância” e “autonomia pela participação”, a primeira é associada ao comportamento do Brasil durante a Guerra Fria, e a segunda a sua atuação posterior ao conflito, frente a uma nova ordem internacional. (LESSA et al, 2010; BERNAL-MEZA, 2015). O conceito de autonomia também é tema central às formulações de Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni. Esses autores contribuem com a elaboração do conceito de “autonomia pela diversificação” a qual se refere “a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul [...] pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283). Samuel Pinheiro Guimarães e Amado Cervo também constroem teorizações relevantes nesse período.

Guimarães desenvolve o conceito de “Grandes Estados Periféricos” que está relacionado ao conceito desenvolvido de “Potência Regional” desenvolvido por Maria Regina

Soares de Lima (2005). Os “Grandes Estados Periféricos” são aqueles países periféricos com “grande população e grande território” e “estruturas industriais e mercados internos significativos” (GUIMARÃES, 2002, p.21). Esses Estados possuem sociedades e Estados distintos, mas são similares quando comparados aos países do Centro. Deste modo, a ação dos “Grandes Estados Periféricos” deve ser de participação ativa e não subordinada no Sistema Internacional, objetivando a redução sua vulnerabilidade externa através da construção de uma ordem multipolar (GUIMARÃES, 2005 Apud BERNAL-MEZA, 2015).

Já Amado Cervo foi o fundador do que ficou conhecida como a Escola de Brasília, na qual se estabelece um novo entendimento sobre a análise de política exterior. A interpretação de Cervo é centrada na elaboração de “paradigmas” e conceitos. Segundo o autor, um paradigma

nas ciências humanas, restringe-se à função de dar inteligibilidade ao objeto, iluminá-lo através de conceitos, dar compreensão orgânica ao complexo mundo da vida humana. Em razão dessa versatilidade e flexibilidade, não deve o leitor exigir de um paradigma o encaixe de todas as variáveis, dependentes, independentes ou intervenientes, na explicação de um tema de estudo. A análise paradigmática que aplicamos a nosso objeto de estudo, as relações internacionais do Brasil, corresponde, antes de tudo, a um método. Temos por fim a construção de conceitos pela via da observação empírica (CERVO, 2003, p.7).

Em seu estudo da inserção internacional do Brasil, Cervo destaca a existência de quatro paradigmas ao longo da história. Cada paradigma corresponderia a um tipo de Estado que se estabelece por meio da adoção de determinado modelo de desenvolvimento ou inserção internacional. Temos, portanto, os paradigmas: liberal-conservador, o normal, o desenvolvimentista e o logístico.

Nos anos 2000 temos também as formulações de Paulo Fagundes Vizontini sobre o contexto Pós-Guerra Fria, o qual denomina como um contexto de *(des)ordem* mundial. Para Vizontini (2004, p.13), “foi a construção do capitalismo que gerou o descompasso entre as nações, dentro de uma perspectiva dialética”. A construção desse sistema conduz ao *desenvolvimento desigual e combinado* entre os Estados, o qual se revolve de forma constante. Assim, com o fim da bipolaridade característica da Guerra Fria, o capitalismo entra em uma nova fase, estruturada a partir da revolução científico-tecnológica e da globalização. Essa fase é marcada, segundo o autor, pela emergência de uma nova ordem, que diferentemente do que Bush proclamava não é promotora da paz e prosperidade, mas marcada por muitos conflitos, pela intensificação de assimetrias e pela instabilidade. A *(des) ordem* Pós-Guerra Fria é um período de transição, para uma “numa fase nitidamente pós-hegemônica”p.47, a qual

caracteriza-se, portanto, por uma crise da globalização neoliberal que possibilita novas configurações do SI tendências crescentes à multipolaridade no SI, emergência de blocos econômicos regionais e de guerras conduzidas pelos EUA na tentativa de reafirmar sua posição hegemônica. Nas palavras do autor:

a (des) ordem mundial não representa nem uma ordem viável nem um caos sem sentido, mas uma época de crise e transição, em que a afirmação de outros projetos se torna possível. Para isso, primeiro é necessário compreender corretamente os processos em curso, para então se elaborar um plano de ação, mobilizando-se as forças para executá-lo [...]. O momento atual encerra um ciclo de quinhentos anos e abre perspectivas aos países do Sul (VIZENTINI, 2004, p.159).

Podemos destacar ainda, a construção teórica de Gerson Moura acerca da autonomia na dependência e as formulações de Renato Ortiz e de Otávio Ianni sobre o tema da globalização, como contribuições teóricas brasileiras às RI (HERZ, 2002). E também podemos analisar a inclusão de obras como de Milton Santos e Florestan Fernandez como aportes relevantes à disciplina de RI.

4.2.1 A centralidade da Economia Política Internacional

É por meio das obras que tratam de Economia Política Internacional (EPI) que surgem as maiores contribuições teóricas brasileiras em RI. Podemos definir a EPI como “um desdobramento da economia política [que] possui, tradicionalmente, um caráter multidisciplinar, combinando análises da dinâmica do capitalismo, das relações de poder no sistema internacional, do desenvolvimento dos Estados” (BARASUOL, 2012, p. 1). Deste modo, as autoras e os autores que se debruçam sobre o tema, constroem instrumentos importantes para a compreensão do Sistema Internacional, e mais do que isso, uma interpretação periférica sobre o funcionamento e consequências do sistema capitalista. Nesse sentido, a principal referência é a Teoria da Dependência, que, fortemente influenciada pelas elaborações da Cepal apresenta “uma concepção original e um necessário contraponto às teorias ortodoxas” (BARASUOL, 2012, p.8). As teorias da dependência por sua vez, influenciam nas formulações sobre o tema da autonomia, no qual destaca-se a relevância do autor brasileiro Hélio Jaguaribe. Não nos deteremos nessas formulações nessa seção, pois as mesmas já foram expostas no capítulo dois. Trataremos, portanto, de algumas teorizações brasileiras importantes na área de EPI, que ainda não foram apresentadas.

Ainda no âmbito da Economia Política Internacional podemos notar que, a partir da década de 1980 em que há um declínio do pensamento estruturalista devido à crescente

influência das vertentes liberais, no entanto, as formulações que se estabelecem no período estabelecem críticas ao neoliberalismo e mantêm a herança desenvolvimentista e estruturalista. Por meio de análises novas dentro da EPI, autoras (es) como Maria da Conceição Tavares, Theotônio dos Santos e José Luis Fiori, escrevem acerca da hegemonia estadunidense e a globalização (BARASUOL, 2012).

Maria da Conceição Tavares analisa a partir *A Retomada da Hegemonia Norte-americana* (1997) e do livro escrito em conjunto com José Luís Fiori *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*, insere-se no debate de EPI. Tavares demonstra em suas obras, o papel central da moeda para a estruturação da hegemonia estadunidense. A autora

analisa a “retomada” como uma estratégia político-econômica e como dimensão de um processo global de transformação capitalista. Além disto, ela propõe uma leitura dessas mudanças que não se submete à agenda da política externa norte-americana e introduz o ponto de vista da periferia do sistema: uma perspectiva absolutamente original dentro da Economia Política Internacional [...] Maria da Conceição Tavares não ignora a leitura sobre as relações internacionais e consegue combinar, de forma precisa, a análise política com a econômica, reunindo num mesmo argumento o movimento de retomada da supremacia americana, o surgimento de um novo regime de acumulação mundial e o redesenho das relações Centro/Periferia, em escala global (FIORI, 2000, p.211).

José Luís Fiori utiliza em seus escritos os argumentos centrais de Tavares, sendo que muitas de suas obras são escritas em conjunto. O autor compreende a globalização a partir dos processos de centralização do capital e o acúmulo de poder militar e político pelos EUA. Nesse sentido, destaca a importância da “diplomacia das armas” para a consolidação da hegemonia estadunidense, o que reforça a tese de Tavares sobre a centralidade da diplomacia do dólar e da diplomacia das armas nesse processo (BARASUOL, 2012).

Theotônio dos Santos propõe novas interpretações a partir da década de 90, após ter reconhecimento de suas obras como teórico da dependência. Dos Santos busca incorporar sua teorização anterior com os elementos apresentados pela Teoria do Sistema Mundo, na tentativa de aprofundar a discussão proposta por esta a partir da inclusão do entendimento estruturalista acerca da economia mundial. O autor acredita que a globalização em curso levará ao desenvolvimento de uma civilização planetária através de uma revolução científica (BARASUOL, 2012). Para Theotônio dos Santos

a noção de um sistema econômico mundial nos obriga a repensar a realidade do desenvolvimento econômico contemporâneo no contexto da formação dessa nova civilização planetária [...] E seguramente o próximo passo seria a busca daquele fator que vem acumulando, através de mudanças qualitativas fundamentais, todo esse processo histórico de criação de um sistema econômico mundial, e apontando para essa civilização planetária. Esta é exatamente a mudança tecnológica e

particularmente a revolução científico-técnica à qual venho dedicando anos de estudo, e que deve ser objeto de análise para podermos entender a constituição de uma teoria econômica, relevante para a compreensão dos problemas do nosso tempo (DOS SANTOS, 2002, p. 52)

4.3 TEORIZAÇÕES BRASILEIRAS EM RI NO SÉCULO XXI

Nesta seção será apresentada a análise sobre as TRI construídas no Brasil a partir dos anos 2000. Como fonte para identificar a construção de teorias de RI no país serão avaliadas as teses dos programas de doutorado em RI da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A escolha dessas duas universidades justifica-se, primeiro pela necessidade de delimitar os dados para que a pesquisa pudesse ser desenvolvida. Deste modo, optou-se pela escolha da PUC, pois foi onde entrou em funcionamento o primeiro programa de doutorado em RI do Brasil, e a UFRGS, por ser a única universidade da região Sul que possui doutorado em RI. Ademais, uma instituição é privada e outra pública, além de localizarem-se em regiões distintas, fatores que enriquecem o estudo. Foram analisadas todas as teses disponíveis em sua totalidade, das duas universidades desde o início de seus programas de doutorado até o mês de outubro de 2016 quando a análise foi desenvolvida. Deste modo, temos dezoito teses da PUC-RJ e quinze da UFRGS. A análise se desenvolveu a partir da leitura do resumo, introdução, conclusão e, quando necessário, do capítulo teórico das teses. Na leitura procurou-se identificar as seguintes características:

- 1) Tema
- 2) Local que analisa
- 3) Nível de Análise: Unidade, Regional, Interregional ou Sistêmico;
- 4) Relação com Teoria:
 - Não dialoga com teoria
 - Utiliza Teoria com função acessória
 - Utiliza teoria no centro da análise
 - Utiliza teoria no centro da análise + criação de conceitos; operacionalização de conceitos; redefinição de conceitos; criação de modelos de análise.
 - Explicações causais.
- 5) Influência teórica (geográfica): Norte; Sul; Norte e Sul;
- 6) Influência teórica (disciplina);
- 7) Influência teórica de RI;
- 8) Formação em RI

9) Possui formação no Norte?

10) Gênero das doutoras (es)

11) Gênero das orientadoras (es).

A partir da avaliação desses tópicos podemos elaborar os gráficos abaixo:

Temas

Na análise dos temas das teses podemos perceber a prevalência do Desenvolvimento, Economia Internacional como tema nas teses da UFRGS, seguido pela Política Externa, enquanto na PUC-RJ a Segurança Internacional é o tema que mais aparece, seguido da Política Externa. Nota-se também, a presença dos novos temas das RI, como Meio Ambiente, Migrações, Gênero e Cultura nas PUC-RJ, enquanto na UFRGS permanecem temas “tradicionais”.

Gráfico 1 – Temas (UFRGS)

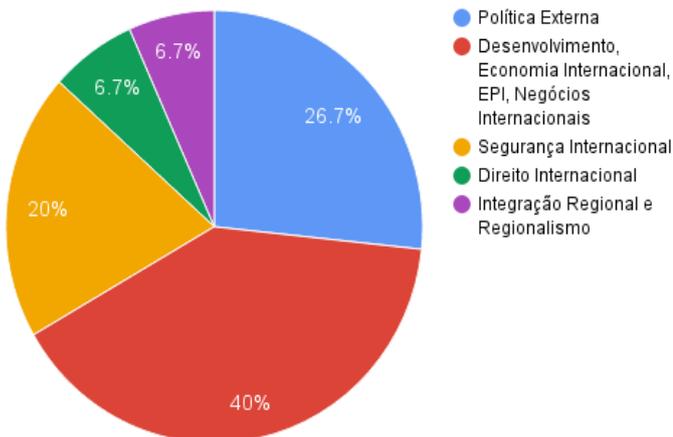
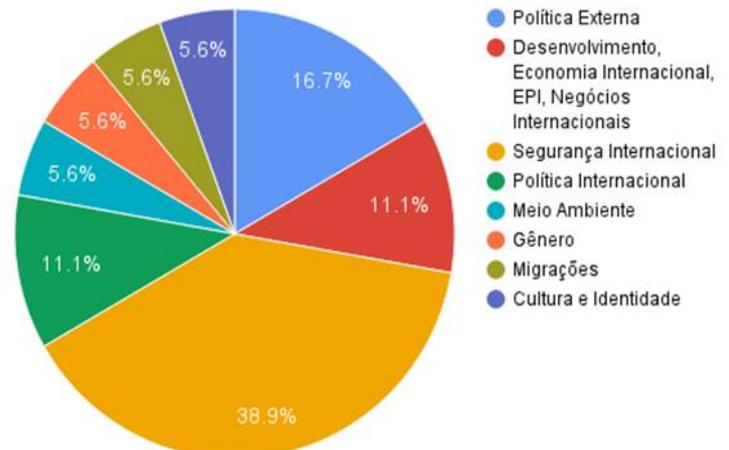


Gráfico 2 – Temas (PUC-RJ)



Local que analisa

Ao selecionarmos os locais analisados pelas teses, percebemos o predomínio do Brasil em ambas universidades, traço já presente no decorrer do desenvolvimento da disciplina no país. Na UFRGS, logo após o Brasil aparecem como locais mais estudados a África, seguida pela América Latina e Ásia. É interessante notarmos a predominância de locais do Sul Global nas análises dessa universidade. Já na PUC-RJ, após o Brasil, o Sistema Internacional, ONU e Europa surgem como locais mais estudados, seguidos pela América Latina.

Gráfico 3 – Local que analisa (UFRGS)

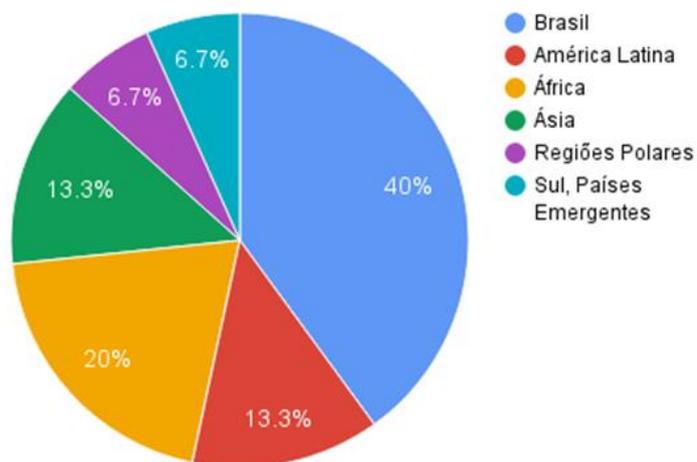
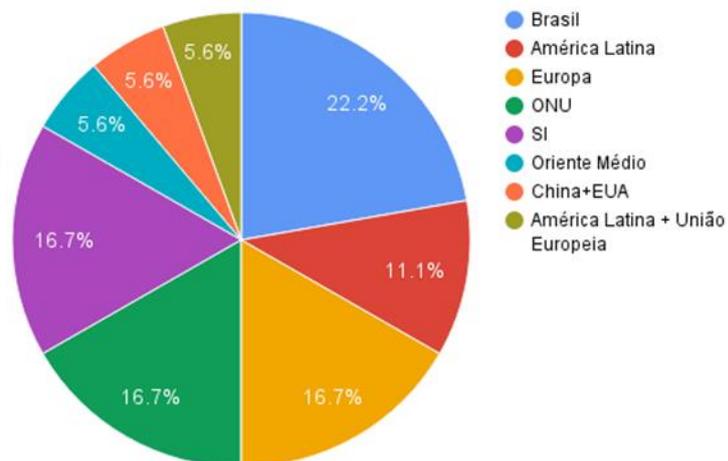


Gráfico 4 – Local que analisa (PUC-RJ)



Nível de análise

O nível de análise que prevalece em ambas universidades é o da unidade. Na UFRGS, o nível regional e sistêmico aparecem em seguida, e na PUC-RJ o nível sistêmico.

Gráfico 5 – Nível de análise (UFRGS)

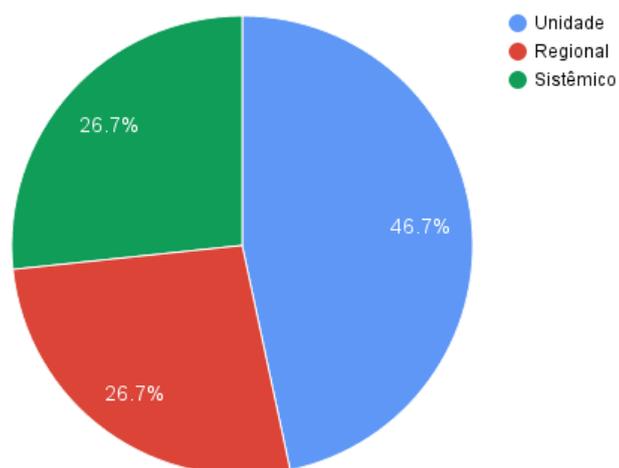
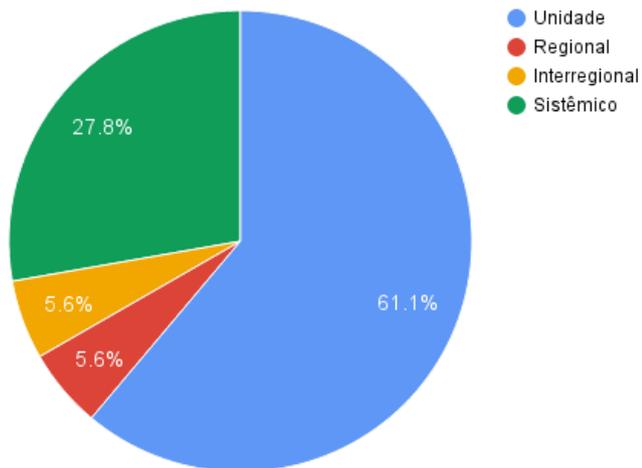


Gráfico 6 – Nível de análise (PUC-RJ)



Relação com Teoria

A relação que as teses possuem com teoria foi analisada e categorizada a partir de cinco níveis: 1) não utiliza; 2) utiliza de forma acessória; 3) utiliza no centro da análise; 4) utiliza no centro da análise e cria/redefine conceitos, cria modelos de análise; e 5) construção de explicações causais. Por meio da leitura das teses foi possível perceber o predomínio do nível quatro tanto na UFRGS quanto na PUC-RJ. Na UFRGS seguem teses que utilizam teoria de forma acessória e que utilizam teoria no centro da análise (3). Na PUC-RJ ocorre o mesmo. Podemos visualizar por meio desta análise, que ainda que existam teses que não explicitam o uso de teorias e também de teses que as utilizam de forma acessória, é notável a porcentagem que atribui às teorias um papel central e procura desenvolver a criação/redefinição de conceitos, criação de modelos de análise ou o estabelecimento de explicações causais. Isso demonstra que por mais que ao Sul seja delegada a tarefa de consumir o que é produzido no Norte, ao passo em que a disciplina de RI se estrutura no país cresce a atenção dada às teorias.

Gráfico 7 – Relação com Teoria (UFRGS)

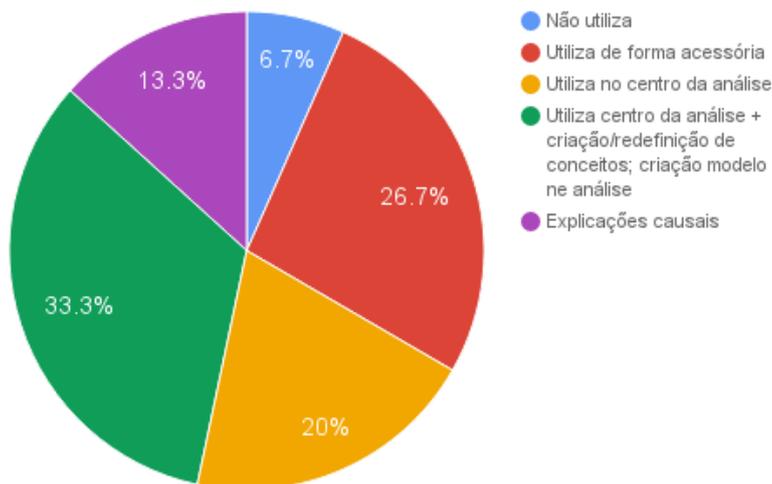
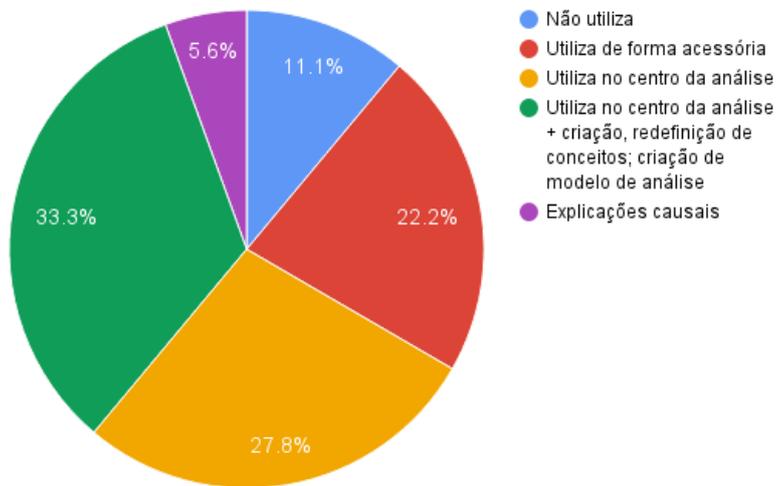


Gráfico 8 – Relação com Teoria (PUC-RJ)



Influência teórica geográfica

A análise da influência teórica geográfica foi desenvolvida a partir do diálogo das teses com teorias do Norte, do Sul ou das duas localizações. É possível perceber um viés distinto em cada universidade com relação a este ponto. Enquanto na UFRGS predominam teses que se utilizam de teorias tanto do Norte quanto do Sul e possui teses que apresentam teorias do Sul como principal referência, na PUC-RJ predomina o diálogo com teorias do Norte, seguido pelo diálogo com teorias do Norte e Sul.

Gráfico 9 – Influência teórica geográfica (UFRGS)

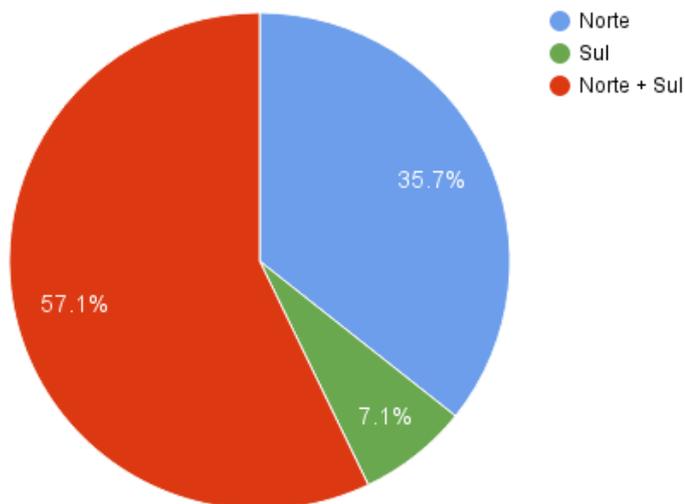
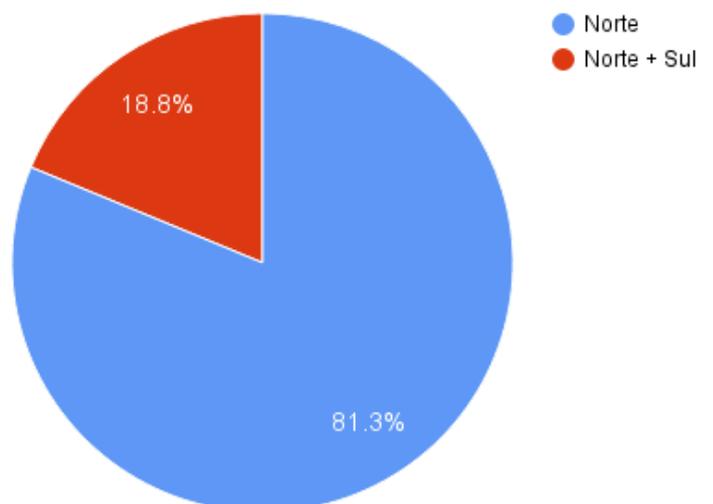


Gráfico 10 – Influência teórica geográfica (PUC-RJ)



Influência teórica disciplina

No que diz respeito à influência teórica de disciplinas, percebemos na análise das teses, o predomínio da utilização apenas de TRI na PUC-RJ, enquanto na UFRGS a utilização de teorias de RI e de RI e economia alcançam a maior porcentagem. É possível visualizar como as Relações Internacionais possuem um diálogo com outras disciplinas, principalmente a Economia e a Sociologia.

Gráfico 11- Influência teórica disciplina
(UFRGS)

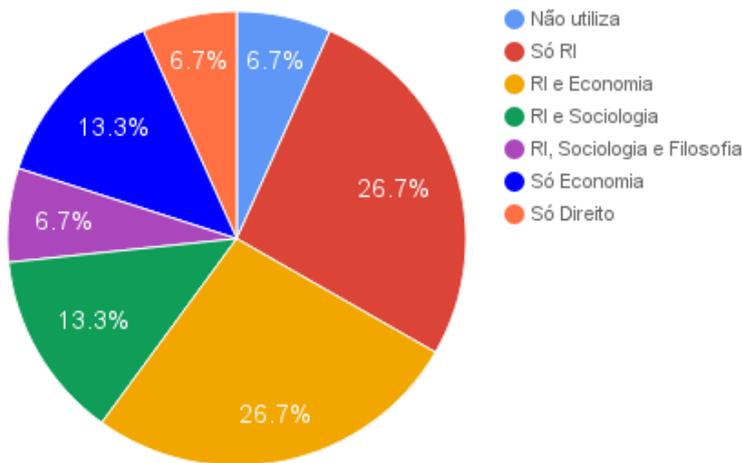
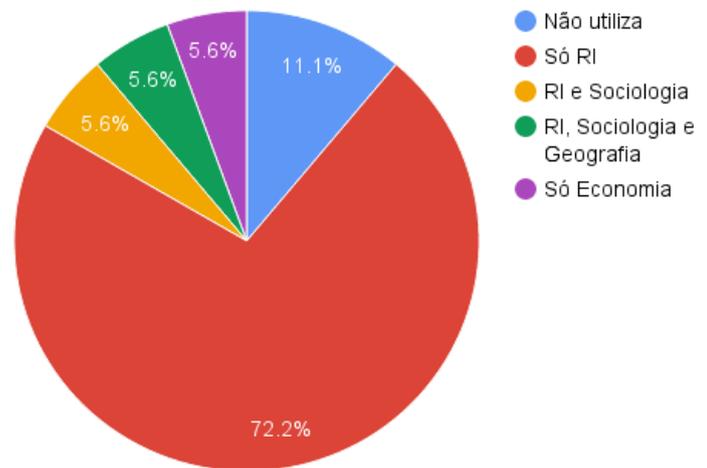


Gráfico 12 - Influência teórica disciplina
(PUC-RJ)



Influência teórica de RI

Realizando uma análise mais detalhada sobre as teses que utilizaram TRI, aparecem distintas combinações de vertentes teóricas, tanto na UFRGS quanto na PUC-RJ. É possível visualizarmos a crescente utilização de Teorias de RI construídas na América Latina nas teses da UFRGS e também das abordagens do Construtivismo, Teoria Crítica, Regionalismo e Análise de Política Externa (APE). Já na PUC-RJ predominam combinações com o Liberalismo, o uso Construtivismo e é notável a quantidade de teses que se utilizam de teorias pós-positivistas/reflexivistas.

Tabela 4 – Influência teórica de RI (UFRGS)

Teoria de Relações Internacionais	Teses
Combinações entre Liberalismo, Realismo e Marxismo	2
Teorias Latino-americanas (Teoria da Dependência, Teoria de Amado Cervo)	3
Realismo	1
Realismo, Construtivismo, Liberalismo e Novo Regionalismo	1
Teoria da Dependência + Marxismo	1
Construtivismo	1
APE, Realismo, Novo Regionalismo, Teoria Crítica, Construtivismo e novas abordagens	1
APE, Teoria Dependência e Novo Regionalismo	1
Não usam TRI	4
Total	15

Tabela 5 – Influência teórica de RI (PUC-RJ)

Teoria de Relações Internacionais	Teses
Construtivismo	3
Feminismo (1), Pós-Colonialismo+Pós-Estruturalismo (1), Pós-Estruturalismo (1)	3
Combinações de Liberalismo + Teoria Crítica; Construtivismo; Novo Regionalismo	3
Liberalismo (1) e Realismo (1)	2
Novo Regionalismo/Escola Inglesa	2
Marxismo + Teoria Crítica	1
Realismo + Pós-Estruturalismo	1
Não usam TRI	3
Total	18

Formação em Relações Internacionais

Por meio da análise do Lattes das doutoras (es) e de suas descrições nas teses foi possível compreender como é a formação acadêmica das pesquisadoras (es) de RI nestas universidades. É notável que a formação em RI das doutoras (es) da UFRGS aparece na maioria dos casos apenas no doutoramento. Na PUC-RJ a formação em RI no mestrado e doutorado aparece com maior porcentagem. Esse fato elucida a predominância ainda no país, de doutoras (es) em RI não possuírem toda sua formação nessa área em específico. Esse fato tende a mudar na medida em que a disciplina vem se consolidando no país e aumentam os números de cursos de graduação e pós-graduação em RI, assim como de profissionais da área.

Gráfico 13 – Formação em RI (UFRGS)

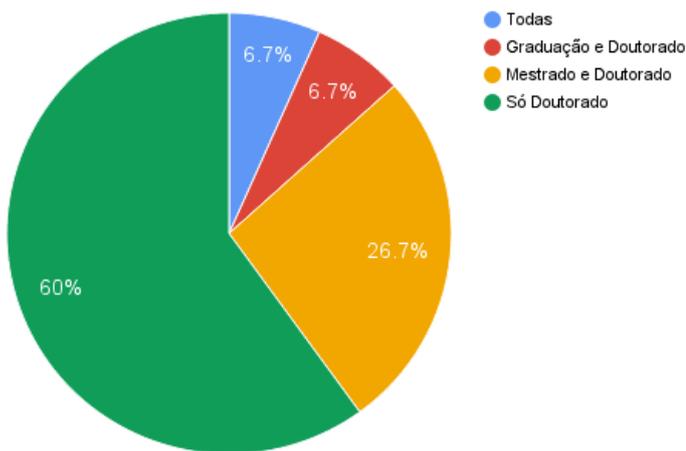
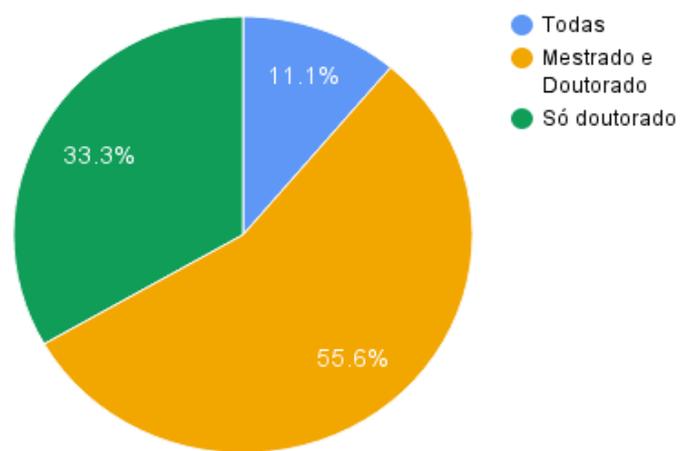


Gráfico 14 – Formação em RI (PUC-RJ)



Formação no Norte

Mediante a descrição das doutoras (es) na plataforma lattes foi possível verificar também se estas (es) realizaram alguma etapa de sua formação acadêmica em países do Norte. Podemos perceber que a maioria realizou sua formação no Sul, no entanto, é grande o percentual daquelas (es) que exerceram alguma etapa de sua formação no Norte.

Gráfico 15 – Formação no Norte (UFRGS)

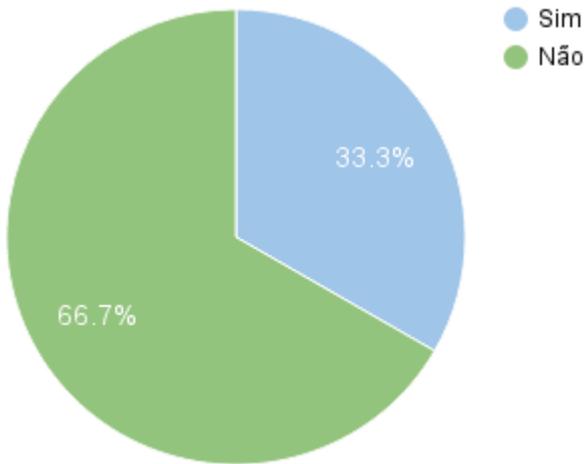
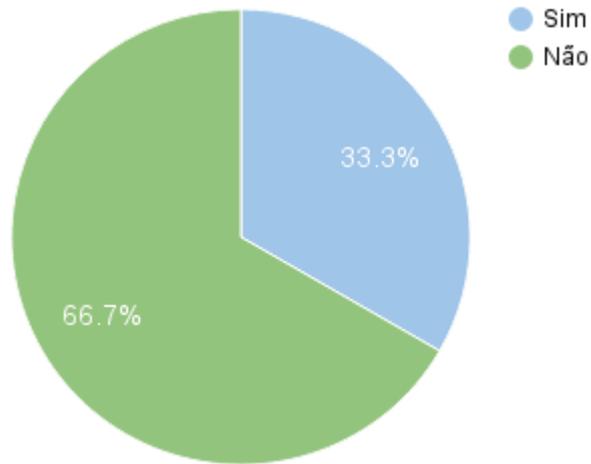
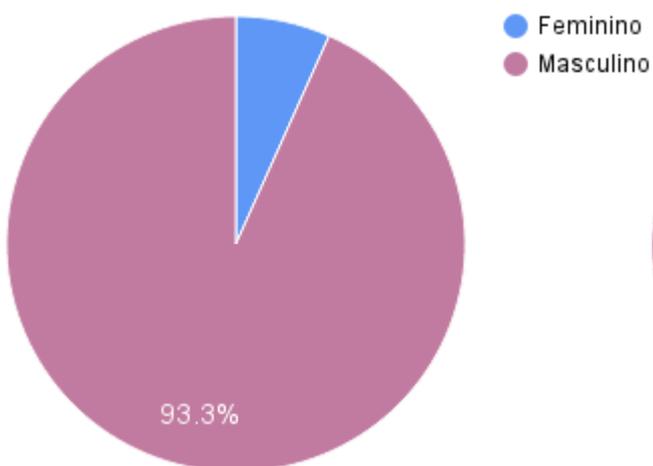
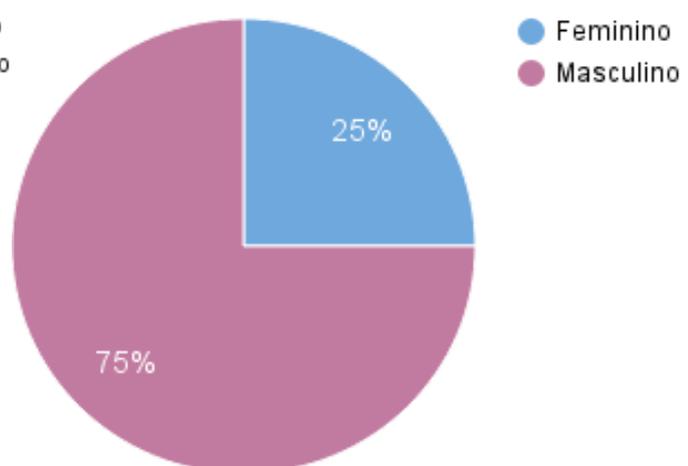


Gráfico 16 – Formação no Norte (PUC-RJ)



Gênero doutoras (es)

A análise do gênero das doutoras (es) foi feita por meio da análise de descrição destas (es) nos seus lattes. Assim, foi possível confirmar o fato já debatido muitas vezes na disciplina, da predominância do gênero masculino em níveis como de doutorado em RI. Seria interessante a realização esta avaliação no decorrer de alguns anos para que se possa visualizar a incorporação maior de mulheres na disciplina ou se esta permanecerá conduzida, majoritariamente por homens⁶³.

Gráfico 17 – Gênero das doutoras (es)
(UFRGS)Gráfico 18 – Gênero das doutoras (es)
(PUC-RJ)

⁶³ A análise das condições econômicas e sociais, da orientação sexual e da identificação racial também constituiriam elementos importantes para o entendimento das RI no Brasil. O estudo destes elementos demanda maior profundidade e poderiam ser estudados em análises futuras.

Gênero das orientadoras (es)

No caso das orientadoras (es) ocorre o mesmo. Podemos visualizar novamente o predomínio do gênero masculino em ambas universidades.

Gráfico 19 - Gênero das orientadoras (es)
(UFRGS)

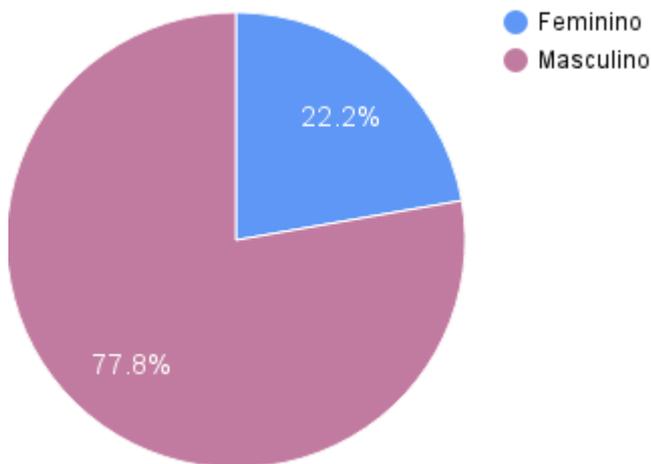
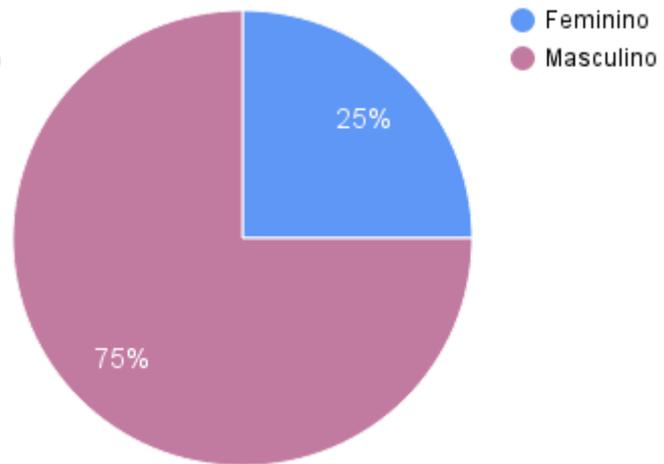


Gráfico 20 - Gênero das orientadoras (es)
(PUC-RJ)



Essa análise das teses de doutorado da UFRGS e da PUC-RJ possibilitou um maior entendimento de como o Brasil entende, dialoga e constrói Teoria de Relações Internacionais. Assim, contribui para o avanço da disciplina em direção a uma reestruturação calcada na pluralidade. A pesquisa exposta por meio dos gráficos demonstrou que sim, nós construímos teoria. Por mais que todo o desenvolvimento da disciplina e a estrutura centro-periferia que constitui a produção acadêmica em RI reforce a predominância da visão ocidental (isso nos induz a acreditar que só o que o Norte produz é teoria – inclusive a própria autora iniciou a pesquisa pensando que talvez não encontrasse teorias no Brasil – possui méritos e é válido à disciplina, e que o Sul nada faz além de reproduzir o que se constrói lá), o Sul, a América Latina, o Brasil constrói teoria. Precisamos nos dedicar ao entendimento destas e a sua validade na disciplina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal contribuir para a o desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais, chamando atenção para as teorizações da periferia, mais especificamente da América Latina e do Brasil sobre o internacional. A partir do arcabouço teórico pós-colonial foi possível questionar a maneira assimétrica em que se estabelece a construção do conhecimento na disciplina, refletir sobre as bases ocidentais e positivistas sob as quais as RI se estruturam, e demonstrar que o Sul Global constrói teoria, e que estas merecem reconhecimento dentro da disciplina. Nesse sentido, os três capítulos cumpriram funções diferentes e complementares para a elaboração de um argumento que advoga pela reestruturação das RI em bases plurais.

No primeiro capítulo problematiza-se a caracterização da disciplina através de “grandes debates”, os quais acabaram consolidando as teorias *mainstream* ao passo que marginalizam outras vertentes teóricas (SÁNCHEZ, 2010). Realismo, liberalismo e marxismo, tidas como as teorias “tradicionais” da disciplina, tornam-se o *mainstream* através de um posicionamento positivista, sob o qual se desenvolvem, então, os estudos de RI (SMITH, 1999). É com a emergência das teorias reflexivistas que esse domínio é criticado com maior intensidade e surgem novas vozes na busca por pluralizar a disciplina. O Pós-Colonialismo e sua versão decolonial, mais especificamente, tem sido importante instrumento nessa busca através da construção de um referencial teórico amplo direcionado à interpretação das desigualdades nas relações entre Norte e Sul e na elucidação de novas formas do saber.

O capítulo dois, sendo baseado no livro de Raúl Bernal-Meza (2005) e nos escritos de Arlene Tickner (2012) descreve as principais formulações teóricas latino-americanas. Destaca-se, portanto, a construção de uma escola latino-americana de RI: o Estruturalismo. Além das elaborações pertencentes ao grupo, a teoria de Prebish, a Teoria do Desenvolvimento de Furtado, as Teorias da Dependência e o Neoestruturalismo, os enfoques da autonomia surgem como contribuições relevantes na área. São temas centrais a teoria latino-americana as desigualdades do sistema internacional, composto por um Centro e uma Periferia, a problemática do desenvolvimento e a inserção internacional dos países periféricos. Além disso, problematizou-se o status de pensamento atribuído às formulações periféricas em oposição ao de teorias atribuídas ao que é construído no Norte, a utilização dessa categorização atribui a periferia caráter inferior e deve ser evitado.

O capítulo três possui duas funções principais, a primeira é demonstrar as contribuições teóricas brasileiras em RI até os anos 2000 com base nas bibliografias sobre o

tema, e a segunda, direciona-se para a análise dessa teorização na atualidade a partir das teses de doutorado da PUC-RJ e da UFRGS. Foi possível visualizar, durante a análise, as distintas elaborações do país. Temas abordados, níveis de análise, referência de autores do Norte e do Sul, formulação de conceitos e de explicações causais. Algumas características permanecem presentes ao longo do tempo com relação ao conhecimento produzido no Brasil em RI: a centralidade da política externa, o Brasil como unidade de análise e da importância do tema desenvolvimento. No entanto, podemos notar o crescente interesse por questões de Segurança Internacional, e a inclusão cada vez maior de obras periféricas nas teses de doutorado brasileiras.

Compreendeu-se a partir dessa pesquisa que é preciso transformar as Relações Internacionais, para que então, as diferentes perspectivas sobre o internacional sejam contempladas na disciplina de maneira não hierárquica. Para que isso ocorra, é preciso transcender as fronteiras da disciplina (BLANEY;TICKNER, 2012) impostas ao longo de sua construção moderna/colonial. Isso ocorre na medida em que problematizamos conceitos tidos como fundamentais e fechados, pois ao passo em que estes são transportados e utilizados em realidades distintas do Norte, se transformam, ou seja, são inflexionados localmente (BLANEY;TICKNER, 2012; TICKNER;WAEVER;2009). Portanto, como acadêmicas (os) precisamos nos direcionar a construção de “um projeto que envolva decolonizar a disciplina e engajá-la com diferentes maneiras de conhecer o mundo” (DARBY, 2008, p.100). As RI precisam mudar, mas essa mudança certamente não virá do Norte, o protagonismo será do Sul (PUCHALLA, 1998). Nesse sentido um fator essencial é a clareza de que a atividade acadêmica não é neutra, e sim política (BLANEY;TICKNER, 2012), e que o engajamento nesse âmbito é central para que deixemos de ser dependentes academicamente, economicamente, politicamente.

As teorias foram escolhidas como foco desta pesquisa, pois sua importância não reside somente na sua capacidade explicativa, mas também no seu potencial normativo” (BALLESTRIN, 2014, p. 25). Assim, “se toda teoria serve para algo ou para alguém, é razoável partir do princípio de que ela reproduz relações de colonialidade do próprio poder” (Ibidem). Luciana Ballestrin (2014) apresenta algumas sugestões com relação a decolonização da teoria política, que acreditamos ser válido para a decolonização do conhecimento nas RI, como: “o resgate, descobrimento, abertura e ampliação” (p.13) das teorizações nos mais distintos cantos da periferia; o rompimento da categorização entre pensamento e teoria; a construção de teorias a partir da realidade da periferia; deixar de lado a noção de universalismo para a incorporação do pluriversalismo, ou seja, “reconhecer que o

universal até agora tem refletido uma amostra muito pequena das experiências políticas do mundo” (p.13); e, por fim, não devemos “rejeitar o diálogo com o centro, tampouco, inverter hierarquias e polaridades” (p.13). Acrescentamos à essas, outras sugestões:

- 1) Maior discussão acerca do processo de construção do conhecimento que abra espaço para maiores reflexões sobre o que lemos e como produzimos no âmbito acadêmico;
- 2) Expandir o diálogo com outras áreas do conhecimento;
- 3) Maiores incentivos governamentais para que as pesquisadoras (es) tenham estrutura física e incentivos para dedicarem-se ao estudo e formulação teórica;
- 4) O estabelecimento de um diálogo maior dentro da própria América Latina sobre as teorizações de cada país, incentivando as produções locais e a circulação destas dentro da região e em demais localidades periféricas. Fortalecendo assim, nosso entendimento sobre o internacional, sobre os problemas locais, regionais e globais, para que possamos de maneira mais efetiva tentar solucioná-los.

Essa pesquisa mostrou que ainda carregamos uma visão colonizada referente à nossa própria capacidade de produzir conhecimento, e assim, passamos a pensar no Norte como único capaz de formular teorias, o que não é real. Esse contexto é reflexo da estruturação da disciplina em bases ocidentais e positivistas, que privilegia uma parte do globo, a qual dita o que é válido ou não estudar, e o que é ou não teoria. Como acadêmica que possui um *loci* de enunciação periférico, vivencio no dia a dia as dificuldades que compõem nossa realidade e as estruturas de desigualdade que barram nossa evolução em distintas áreas. Nossa construção enquanto periferia é resultado de um processo histórico que tem como um dos seus pilares centrais o colonialismo. As feridas deixadas por esse fenômeno ainda estão abertas e nos levam a uma luta constante por emancipação.

O processo de construção do conhecimento é o debate central neste estudo, pois a autora acredita que qualquer mudança profunda e efetiva em uma sociedade se inicia pela educação, pela maneira como construímos, repassamos e absorvemos a realidade. Por isso, é necessário ampliarmos as lentes pelas quais entendemos o mundo, deixar de vê-lo por meio apenas das visões ocidentais. Precisamos nos posicionar como agentes, enxergar o mundo também pelas nossas lentes, periféricas sim, mas imbuídas de muita riqueza, cultural, social, política e teórica.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, A.; BUZAN, B. Why Is There No Non-Western International Relations Theory? An Introduction. In: ACHARYA, A.; BUZAN, B. (Org.). **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**. 1.ed. Abingdon, UK: Routledge, 2010.

AYOOB, M. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. 36 Encontro Anual da ANPOCS, 2012.

_____. Para transcender a colonialidade. [**Entrevista disponibilizada em 4 de novembro de 2013, Revista do Instituto Humanitas Unisinos (IHU-Online)**]. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao431.pdf>> Acesso em: 6 jun. 2015.

_____. **Teoria Política da Decolonização: uma perspectiva latino-americana**. IX Encontro ABCP. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403747208_ARQUIVO_ABCP2014Ballestrin.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

BARASUOL, F. B. **Teorização (In) Dependente: as Teorias de Relações Internacionais e a formulação da Política Externa Brasileira**. 2010. Trabalho final de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

_____. Da dependência à globalização: contribuições brasileiras aos estudos de economia política internacional. **Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais**, v. 1, 2012.

BARBOSA, M.S. **Subaltern Studies: Pós-Colonialismo e desconstrução**. 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em: http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/muryatan_santana_barbosa.pdf Acesso em: 07 jun. 2015.

BERGER, M.T. After the Third World? History, destiny and the fate of Third Worldism. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 9-39, 2004.

BERNAL-MEZA, R. **América Latina en el Mundo – el pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales**. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 2005.

_____. Contemporary Latin American thinking on International Relations: theoretical, conceptual and methodological contributions. **Rev. Bras. Polít. Int.**, 59(1): e005, 2016.

CAMPOS, R, D, E. **Filosofia da Ciência e Religiosidade: Problemas do Sagrado na Teoria de Relações Internacionais**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pampa: Santana do Livramento, 2014.

CARDOSO, F,H.; FALLETO, E. **Dependência e Desenvolvimento da América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CASTRO-GÓMEZ, S; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Siglo del Hombre Editores, 2007.

CASTRO, T. **Teoria das relações internacionais**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, p. 5-25, 2003.

DARBY, P. **Postcolonizing the International: Working to change the way we are**. University of hawaii Press, 2008.

DE LIMA, Maria Regina Soares. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto Internacional**, v. 12, n. 1, p. 7, 1990.

DE SOUSA SANTOS, B; MENESES, M.P. Introdução. In: DE SOUSA SANTOS, B; MENESES, M. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. 1. ed. Coimbra: Edições Almedida.sa, 2009.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. Cómo pensar los asuntos internacionales-mundiales a partir del pensamiento latinoamericano: Análisis de la teorización. **História Unisinos**, v. 17, n. 1, p. 48-60, 2013.

DOS SANTOS, Norma Breda; FONSECA, Fúlvio Eduardo. A pós-graduação em relações internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, v. 31, n. 2, p. 353, 2009.

DIAS, Marcelo Francisco. **Do estruturalismo da CEPAL à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. 2012.197 p. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. **Tabula rasa**, v. 1, n. 51-86, 2003.

ESCUDE, C. **An introduction to Peripheral Realism and its Implications for the Interstate System: Argentina and the Cóndor II Missile Project**. In: NEUMAN, Stephanie G. (org). *International relations theory and the Third World*. Nova Iorque, 1998.

FIORI, José Luís. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. **Lua Nova**, n.50, 2000.

GANDHI, Leela. **Postcolonial theory: A critical introduction**. Columbia University Press, 1998.

GROVOGUI, S. A revolution nonetheless: The Global South in international relations. **The Global South**, v. 5, n. 1, p. 175-190, 2011.

GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD.

Modernidad/Colonialidad/Descolonialidad: Aclariaciones y réplicas desde un proyecto epistémico en el horizonte del bicentenario. Pacarina del Sur: Revista de Pensamiento Crítico Latinoamericano, 2016. Disponível em: <http://www.pacarinadelsur.com/home/abordajes-y-contiendas/108-modernidad--colonialidad--descolonialidad-aclaraciones-y-replicas-desde-un-proyecto-epistemico-en-el-horizonte-del-bicentenario> Acesso em: 11 nov. 2016.

HALLIDAY, F. International Relations theory and the Middle East. In: **The Middle East in international relations: power, politics and ideology**. UK: Cambridge University Press, 2005.

_____. **Repensando as relações internacionais**. Tradução Cristina Soreanu Pecequilo. 1.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HERZ, Mônica. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto internacional**, v. 24, n. 1, p. 7-40, 2002.

HOFFMANN, S. An American social science: international relations. **Daedalus**, p. 41-60, 1977.

HOLLIS, M; SMITH, S. **Explaining and Understanding International Relations**. 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016.

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS PUC-RJ, 2016.

JACKSON, R; SØRENSEN, G. Contemporary Approaches and Debates. In: **Introduction to international relations: theories and approaches**. 5.ed. UK:Oxford University Press, 2013.

JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios internacionales**, p. 91-130, 1979.

JATOBÁ, D. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____(b). Los desarrollos académicos de las Relaciones Internacionales en Brasil: elementos sociológicos, institucionales y epistemológicos. In: BELLO; PEÑAS. **La Teoría de Relaciones Internacionales en y desde el Sur**. Universidad Autónoma de Madrid: España, 2013. Disponível em: <http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/issue/view/22.html> Acesso em: set.2015.

JULIÃO, Taís Sandrim. Teoria e História das Relações Internacionais: Uma Escola Latino-Americana? **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 7, p. Pág. 51-66, 2011.

KURKI, M; WIGHT, C. International Relations and Social Science. In: DUNNE, T; KURKI, M; SMITH, S. **International Relations Theories**. 3.ed. Oxford University Press, 2013.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. Editora Perspectiva, 2001.

LAKE, D. a. Theory Is Dead, Long Live Theory: The End of the Great Debates and the Rise of Eclecticism in International Relations. **European Journal of International Relations**. 2013, p. 567–587. Disponível em:
<<http://ejt.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354066113494330>> Acesso em: ago. 2016.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In LANDER, E. (Org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2005.

LESSA, A. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). **Rev. Bras. Polít. Int**, v. 48, n. 2, p. 169-184, 2005.

LESSA, A, C; COUTO, L, F; DE SOUZA FARIAS, R. Distanciamento versus engajamento: alguns aportes conceituais para a análise da inserção do multilateralismo brasileiro (1945-1990). **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 333, 2010.

LORENZINI, M.E.; PEREIRA DOVAL, M.G. Revisitando los aportes de las teorías del sur: nexos entre teoría y praxis en Argentina y Brasil. Relaciones Internacionales. In: BELLO, I; PEÑAS, J.F (Coord.). **La Teoría de Relaciones Internacionales en y desde el Sur**. Universidad Autónoma de Madrid: España, 2013. Disponível em:
<<http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/issue/view/22.html>> Acesso em: set.2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Revista Dados**, v. 56, n. 4, 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 127-167, 2007.

MIGNOLO, W. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. Duke University Press, **The South Atlantic Quarterly**, 2002. Disponível em: <http://www.unice.fr/crookall-cours/iup_geopoli/docs/Geopolitics.pdf> Acesso em: Ago. 2015.

_____. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. [**Entrevista disponibilizada em 4 de novembro de 2013, Revista do Instituto Humanitas Unisinos (IHU-Online)**]. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao431.pdf> > Acesso em: 6 jun. 2015.

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, p. 71-103, 2005.

NEUFELD, M. The reflexive turn and International Relations theory. 1991.

NEUMAN, S. (Org). **International Relations Theory and the Third World**. Nova Iorque, Copyright, 1998.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais**. Elsevier, 2005.

OLIVA, A. Como estudar o conhecimento: o conhecimento do conhecimento. In: **Teoria do conhecimento**. Zahar, 2011.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Vozes, 2004.

PLATAFORMA LATTES, 2016.

POPPER, K. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. Tradução de Milton Amado. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

PUCHALLA, D. Third World Thinking and Contemporary International Relations. In: NEUMAN, S. (Org). **International Relations Theory and the Third World**. Nova Iorque, Copyright, 1998.

ONU-BRASIL. Cepal: Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/>> Acesso em: 01 nov. 2016.

QUIJANO, A (a). Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América. In: LANDER, E.(Org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2005.

_____.(b), A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **estudos avançados**, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: DE SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedida.sa, 2009.

RAPOPORT, M. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)**. Machi, 2000.

RUIZ, J. B. A contribuição latino-americana para a teoria das relações internacionais. In: PREBISCH, R. et al. **O manifesto latino-americano: e outras ensaios**. São Paulo: Contraponto, 2011.

RUSSEL, R.; TOKLÁTIAN, J.G. De la autonomía antagónica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur. **Perfiles Latino Americanos**, n. 21, p. 159-194. 2002.

SAID. E. W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

SÁNCHEZ, L.E. **Reflexiones para el estudio de los estudios internacionales**. 2011.
Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.885/ev.885.pdf>
Acesso em: março de 2015.

SMITH, S. New approaches to international theory. In: **The Globalization of World Politics**, 1997.

_____. Introduction: Diversity and Disciplinarity in International Relations Theory. In: DUNNE, T; KURKI, M; SMITH, S. **International Relations Theories**. Oxford University Press, 2013.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. ENTREVISTA COM O PROFESSOR DR. JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA (UNB). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 3, n. 5, p. 5-22, 2014.

TOMASSINI, Luciano et al. **Nuevas formas de concertación regional en América Latina: el sistema internacional y América Latina**. RIAL:, 1990.

VARGAS, João Augusto Costa. **Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araujo Castro**. Brasília: FUNAG, 2013.

VIGEVANI, T; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, T; THOMÁZ, L,F; LEITE, L, B. As Relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização. **Inter-Relações**, p. 5-11, 2014.

VIZENTINI, P. F. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. In: SOMBRA SARAIVA, J. F.; CERVO, A. **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília, IBRI, 2005.

_____. **O descompasso entre as nações**. In: SADER, E (Org.) Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TICKNER, A. Relaciones de conocimiento centro-periferia: hegemonía, contribuciones locales e hibridización. **Politai**, v.3, n.4, 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/politai/article/view/14105/14721>> Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. Core, Periphery and (neo)imperialist International Relations. **European Journal of International Relations**. p. 627–646, 2013. Disponível em: <http://ejt.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354066113494323>. Acesso em: Out.2016.

TICKNER, A.; BLANEY, D.L. Introduction: Thinking difference. In: TICKNER, A.; BLANEY, D.L. (Org). **Thinking international relations differently**. EUA e Canadá: Routledge, 2012.

TICKNER, A.; WÆVER, O. (Org). International relations scholarship around the world. EUA e Canadá: Routledge, 2009.

TICKNER, A.; BLANEY, D.L. Introduction: Claiming the international beyond IR. In: TICKNER, A.; BLANEY, D.L. Claiming the International. EUA e Canadá: Routledge, 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016.

WAEVER, O. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, S; BOOTH, K; ZALEWSKI, M. **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge University Press, 1996.

WALSH, C. (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir,(re) existir y (re) vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.